



Pedro Calça Magusto

## A Importância da Obrigação do Relatório de Gestão e Apresentação de Contas Instrumentos de Tomada de Decisão

Coimbra, janeiro de 2023





Pedro Calça Magusto

A Importância da Obrigação do Relatório de Gestão e  
Apresentação de Contas  
Instrumentos de Tomada de Decisão

Relatório de estágio submetido ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Mestrado de Contabilidade e Fiscalidade Empresarial, realizado sob a orientação da Professora Maria de Fátima Travassos Conde.

Coimbra, janeiro de 2023



## **TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Declaro ser o autor deste relatório de estágio, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação do presente relatório de estágio.

*A Importância da Obrigação do Relatório de Gestão e Apresentação de Contas  
Instrumentos de Tomada de Decisão*

---

**PENSAMENTO**

*Duas coisas só me deu o Destino: uns livros de contabilidade e o dom de Sonhar.*

Fernando Pessoa

*A Importância da Obrigação do Relatório de Gestão e Apresentação de Contas  
Instrumentos de Tomada de Decisão*

---

**DEDICATÓRIA**

Aos meus pais e irmã.

## **AGRADECIMENTOS**

Com a realização deste relatório de estágio não poderia deixar de agradecer ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra e todos os que me acompanharam ao longo do meu percurso académico.

Agradeço à minha orientadora, Professora Maria de Fátima Travassos Conde que sempre demonstrou disponibilidade para me ajudar ao longo destes anos e sem ela não teria conseguido desenvolver este relatório.

Ao meu supervisor Dr. Paulo Mota Lopes e Dra. Catarina Seiça que sempre me incutiram valores de rigor, profissionalismos e me ensinaram muito acerca do mercado de trabalho e progressão futura.

Aos meus amigos, que foram essenciais no meu desenvolvimento pessoal e que sempre me apoiaram na conclusão desta etapa.

Aos meus colegas de trabalho, que me ajudaram na aquisição de novos conhecimentos e no desenvolvimento deste relatório.

À minha namorada, por todo o apoio e motivação que me transmitiu para eu concluir este relatório, fazendo com que eu nunca desistisse e terminasse o meu Mestrado.

Por último, um profundo agradecimento aos meus familiares, em especial pais e irmã, por toda a força e apoio que me deram durante o meu percurso académico.

## RESUMO

Este relatório foi elaborado com o intuito de apresentação do estágio curricular realizado no âmbito do Mestrado de Contabilidade e Fiscalidade Empresarial do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra que decorreu no período de 15 de outubro de 2018 a 3 de abril de 2019, na empresa Motalopes, Lda., nas instalações da cliente Clínica de Montes Claros, Lda..

Este relatório tem como objetivo conhecer qual a importância da obrigação do relatório de gestão e apresentação de contas como instrumentos de tomada de decisão.

A metodologia utilizada para a elaboração deste relatório foi a pesquisa de normas e legislação em vigor, livros, revistas científicas e teses/dissertações relacionadas com o tema. Além disso, a observação diária do contexto prático da empresa, com participação em reuniões, formações e realização de tarefas específicas no âmbito da contabilidade, foram também métodos utilizados. A Diretora Operacional e o Contabilista Certificado permitiram uma aproximação e consolidação do tema em relação ao contexto real.

Conclui-se que o órgão de gestão tem em consideração no momento de elaboração do relatório de gestão e apresentação de contas, um conjunto de pressupostos e características essenciais para o processo de tomada de decisão dos utilizadores da informação financeira. Contudo, é necessário ter em consideração que o processo de prestação de contas tenderá a sofrer alterações, evidenciando outras informações além das financeiras presentes nas Demonstrações Financeiras.

**Palavras-chave:** Relatório de gestão; Prestação de Contas; Demonstrações Financeiras; Tomada de Decisão

## ABSTRACT

The following report was prepared with the aim of presenting the curricular internship carried out within the scope of the Master of Accounting and Corporate Taxation at the Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, which took place from October 15th, 2018 to April 3th, 2019, at the company Motalopes Lda., but at the premises of the client Clínica de Montes Claros, Lda..

This report aims to know the importance of the obligation of the management report and presentation of accounts as decision-making instruments.

The methodology used for the elaboration of this report was the research of standards and under the current legislation, books, scientific magazines and theses/dissertations related to the theme. In addition, daily observation of the practical context of the company, with participation in meetings, training and performing specific tasks within the field of accounting., were also methods used. The Chief Operating Officer and the Certified Accountant allowed for an approximation and consolidation of the theme in relation to the real context.

The conclusion therefore is that the Management Entity takes into account, when preparing the management report and presentation of accounts, a set of assumptions and essential characteristics for the decision-making process of users of financial information. However, it is necessary to take into account that the accountability process may undergo changes, showing other information in addition to the financial information present in the Financial Statements.

**Keywords:** Management Report; Accountability; Financial Statements; Decision Making

## ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO .....	1
1. REVISÃO DA LITERATURA .....	5
1.1. Prestação de Contas.....	6
1.2. Relatório de Gestão .....	7
1.3. Demonstrações Financeiras.....	12
1.3.1. Pressupostos Subjacentes.....	14
1.3.1.1. <i>Regime do Acréscimo</i> .....	14
1.3.1.2. <i>Continuidade</i> .....	14
1.3.2. Características Qualitativas.....	15
1.3.2.1. <i>Compreensibilidade</i> .....	15
1.3.2.2. <i>Relevância</i> .....	15
1.3.2.3. <i>Fiabilidade</i> .....	15
1.3.2.4. <i>Comparabilidade</i> .....	16
1.3.3. Utentes da Informação Financeira .....	17
1.3.3.1. <i>Investidores</i> .....	17
1.3.3.2. <i>Mutantes</i> .....	17
1.3.3.3. <i>Fornecedores e outros Credores Comerciais</i> .....	17
1.3.3.4. <i>Clientes</i> .....	17
1.3.4. Balanço .....	17
1.3.4.1. <i>Ativo</i> .....	18
1.3.4.2. <i>Capital Próprio</i> .....	18
1.3.4.3. <i>Passivo</i> .....	19
1.3.5. Demonstração de Resultados .....	19
1.3.5.1. <i>Rendimentos</i> .....	20
1.3.5.2. <i>Gastos</i> .....	20

*A Importância da Obrigação do Relatório de Gestão e Apresentação de Contas  
Instrumentos de Tomada de Decisão*

1.3.6.	Demonstrações das Alterações de Capital Próprio .....	21
1.3.7.	Demonstrações de Fluxos de Caixa .....	22
1.3.7.1.	<i>Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais</i> .....	23
1.3.7.2.	<i>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</i> .....	23
1.3.7.3.	<i>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</i> .....	23
1.3.8.	Anexo.....	24
1.3.8.1.	<i>Informação a apresentar no Anexo relativa ao Balanço</i> .....	24
1.3.8.2.	<i>Informação a apresentar no Anexo relativa à Demonstração de Resultados</i> .....	25
1.3.8.3.	<i>Informação a apresentar no Anexo relativa à Demonstração de Alterações de Capital Próprio</i> .....	25
1.3.8.4.	<i>Informação a apresentar no Anexo relativa à Demonstração de Fluxos de Caixa</i> .....	25
1.4.	A apresentação da informação financeira no momento da tomada de decisão	26
2.	ENTIDADE DE ACOLHIMENTO.....	31
2.1.	Contexto organizacional – Clínica de Montes Claros, Lda.....	31
2.2.	Prestação de Serviços Clínicos.....	36
2.3.	<i>Softwares</i> utilizados .....	37
2.4.	Clientes e Mercado.....	39
2.5.	Fornecedores .....	40
2.6.	Concorrentes .....	41
2.7.	Colaboradores .....	42
3.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS AO LONGO DO ESTÁGIO .....	45
3.1.	Principais Responsabilidades/Autoridades da Função.....	47
3.1.1.	No âmbito da Contabilidade .....	47
3.1.2.	No âmbito da Tesouraria e Fornecedores .....	52

*A Importância da Obrigação do Relatório de Gestão e Apresentação de Contas  
Instrumentos de Tomada de Decisão*

---

3.1.3. No âmbito do Processamento de Honorários.....	54
3.1.4. No âmbito do Processamento Salarial .....	56
4. ANÁLISE CRÍTICA .....	59
CONCLUSÃO .....	63
BIBLIOGRAFIA .....	65
ANEXOS .....	71
Anexo 1. Balanço.....	72
Anexo 2. Demonstração de Resultados por Naturezas .....	73
Anexo 3. Demonstração de Resultados por Funções.....	74
Anexo 4. Demonstração de Alterações de Capital Próprio .....	75
Anexo 5. Demonstração de Fluxos de Caixa.....	76

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Período de preparação, apreciação e aprovação de contas.....	12
<b>Figura 2</b> - Logotipo da Empresa MotaLopes, Lda.....	31
<b>Figura 3</b> - Logotipo Clínica de Montes Claros .....	32
<b>Figura 4</b> - Organograma Clínica de Montes Claros .....	34
<b>Figura 5</b> - Lançamento Contabilístico no CentralGest .....	48
<b>Figura 6</b> - Importação de Saf-t da Faturação no CentralGest .....	48
<b>Figura 7</b> - Conciliação E-Fatura no CentralGest .....	50
<b>Figura 8</b> - Análise Rentabilidade .....	51
<b>Figura 9</b> - Mapa de Caixa Colaborador .....	52
<b>Figura 10</b> - Modelo de Fundo Fixo Individual por colaborador .....	53
<b>Figura 11</b> - Resumo de Mapa de Caixa .....	53
<b>Figura 12</b> - Inserção de Colaborador no CentralGest .....	56
<b>Figura 13</b> - Inserção de Colaborador na Segurança Social.....	57
<b>Figura 14</b> - Amissão de Colaborador nos Fundos de Compensação .....	57

## **ÍNDICE DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b> - Equações Financeiras.....	9
<b>Tabela 2</b> - Tipos de Rácios.....	9
<b>Tabela 3</b> - As demonstrações financeiras aplicáveis a cada referencial contabilístico..	13
<b>Tabela 4</b> - Requisitos da Fiabilidade.....	16
<b>Tabela 5</b> - Implementação dos Acréscimos de Gastos.....	55

## **Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas**

**A** - Ativo

**AAM** - Auxiliar de Ação Médica

**AFT** - Ativo Fixo Tangível

**AT** - Autoridade Tributária e Aduaneira

**CC** - Contabilista Certificado

**CGD** - Caixa Geral de Depósitos

**CMC** - Clínica de Montes Claros

**CP** - Capital Próprio

**CSC** - Código das Sociedades Comerciais

**CUF** - Companhia União Fabril

**DACP** - Demonstração de Alterações de Capital Próprio

**DF** - Demonstrações Financeiras

**DFC** - Demonstrações de Fluxos de Caixa

**DMR** - Declaração Mensal de Remuneração

**DR** - Demonstração de Resultados

**EBIT** - *Earnings Before Interest and Taxes.*

**EBITDA** - *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*

**ERP** - *Enterprise Resource Planning/* Planeamento de Recursos Empresariais

**FCT** - Fundo de Compensação do Trabalho

**FEUC** - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

**FGCT** - Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho

**I&D** - Investigação e Desenvolvimento

**IAS** - *International Accounting Standard*

**IBAN** - *International Bank Account Number*

**IEFP** - Instituto de Emprego e Formação Profissional

**ISCAC** - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra

**MEP** - Método de Equivalência Patrimonial

**NCRF** - Norma Contabilística e de Relato Financeiro

**NCRF-PE** - Norma Contabilística e de Relato Financeiro – Pequenas Empresas

**NIF** - Número de Identificação Fiscal

**NISS** - Número de Identificação Segurança Social

**PE** - Pequenas Empresas

**RH** - Recursos Humanos

**RLP** - Resultado Líquido do período

**SAF-T (PT)** - *Standard Audit File for Tax Purposes (Portuguese version)*

**SGQ** - Sistema de Gestão da Qualidade

**SNS** – Serviço Nacional de Saúde

**SS** - Segurança Social

**TPA** - Terminal de Pagamento Automático

**TSU** - Taxa Social Única

## **INTRODUÇÃO**

A elaboração deste relatório de estágio tem como intuito relatar um estágio com duração de novecentas e sessenta horas, no âmbito de obtenção do grau de mestre em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial do Instituto de Contabilidade e Administração de Coimbra. O tema escolhido para desenvolver foi a importância da obrigação do relatório de gestão e apresentação de contas como instrumentos de tomada de decisão.

A realização deste estágio teve como propósito a aquisição de um conhecimento mais aprofundado do mercado de trabalho, de modo a colocar em prática todos os conhecimentos teórico-práticos adquiridos ao longo do percurso académico, acerca do processo de prestação de contas e demonstrações financeiras. Desta forma, o objetivo do relatório é conhecer qual a importância da obrigação do relatório de gestão e apresentação de contas como instrumentos de tomada de decisão. Assim, pretende-se responder às seguintes questões: Qual o intuito da prestação de contas? Qual é a necessidade do relatório de gestão?; Qual é o objetivo das demonstrações financeiras?; De que modo é que as demonstrações financeiras influenciam o processo de tomada de decisão?; Qual é a necessidade de divulgar as demonstrações financeiras aos utentes da informação financeira?.

Por conseguinte, o presente trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos. O primeiro, referente à Revisão da Literatura, expõem os conteúdos teóricos utilizados para a realização do respetivo relatório, estando dividida em quatro subcapítulos. No primeiro, referente à Prestação de Contas, define-se qual a sua importância, bem como os deveres de relato financeiro, tendo sempre em consideração a periodicidade, legalidade, subscrição e tempestividade. O segundo subcapítulo, com o título de Relatório de Gestão, aborda a obrigatoriedade deste e quais os requisitos mínimos que deve conter para transmitir uma informação verdadeira e apropriada aos vários utentes da informação financeira para o processo de tomada de decisão. O terceiro subcapítulo, Demonstrações Financeiras, aborda qual é a importância de uma demonstração financeira numa empresa, bem como quais são as demonstrações financeiras que cada empresa deve apresentar de acordo com a dimensão. Neste sentido, esta secção está subdividida em oito tópicos. O primeiro e segundo tópicos, apresentam os Pressupostos Subjacentes e Características Qualitativas das demonstrações financeiras. Para uma melhor compreensão, no terceiro tópico é apresentada uma noção de Utesntes da Informação Financeira.

O quarto tópico, o Balanço, dá a conhecer a função desta demonstração financeira explicando também o que se encontra evidenciado nas rubricas de ativo, capital próprio e passivo. A Demonstração de Resultados, apresentada no quinto tópico, aborda qual é a importância desta, definindo rendimentos e gastos. De seguida, no sexto tópico, intitulado Demonstração de Alterações de Capital Próprio, é esclarecido o intuito da elaboração e apresentação desta demonstração aos utentes da informação financeira. Relativamente ao sétimo tópico, Demonstração de Fluxos de Caixa, é apresentada a definição desta demonstração financeira, que se encontra tripartida em fluxos de caixa de atividades operacionais, de investimento e de financiamento, sendo realizada uma breve apresentação de cada. O Anexo, que é o oitavo tópico, apresenta qual a informação a ser divulgada e o que este deve conter em relação às restantes demonstrações financeiras.

O quarto subcapítulo, que se intitula da Apresentação da informação financeira no momento da tomada de decisão, aborda qual o interesse na apresentação das demonstrações financeiras para a obtenção da melhor tomada de decisão por parte dos utilizadores. Ao longo deste subcapítulo, é evidenciado um conjunto de perspetivas de mudanças futuras no processo de prestação de contas.

O segundo capítulo, intitulado de Entidade de Acolhimento, apresenta a empresa e em que vertente foi direcionado o estágio curricular, referindo o contexto organizacional, quais os serviços prestados, *softwares* utilizados e qual o mercado onde a empresa atua. Além disso, é efetuada uma identificação dos seus clientes, principais fornecedores, concorrentes do mercado e, por último, uma abordagem aos colaboradores.

O terceiro capítulo, intitulado Atividades desenvolvidas ao longo do estágio, caracteriza as várias tarefas realizadas pelo mestrando no decurso do estágio, bem como quais as competências/objetivos a serem adquiridos. Desta forma, são expostas as principais responsabilidades/autoridades da função, no âmbito da contabilidade, tesouraria e fornecedores, processamento de honorários e processamento salarial.

No quarto capítulo, com o título Análise Crítica, é efetuada uma reflexão relacionando a revisão da literatura com as atividades e conhecimentos adquiridos ao longo do estágio curricular.

De seguida, são apresentadas as respetivas Conclusões retiradas da realização deste relatório. Por último, é apresentado o conjunto de Referências Bibliográficas essenciais

*A Importância da Obrigação do Relatório de Gestão e Apresentação de Contas  
Instrumentos de Tomada de Decisão*

---

para a realização do trabalho e ainda um Anexo, onde serão apresentados alguns modelos das respetivas Demonstrações Financeiras.

*A Importância da Obrigação do Relatório de Gestão e Apresentação de Contas  
Instrumentos de Tomada de Decisão*

---

## **1. REVISÃO DA LITERATURA**

A contabilidade tem sofrido uma evolução ao longo do tempo, de modo a criar um conjunto de requisitos necessários à avaliação e obtenção de uma melhor tomada de decisão por parte dos utilizadores da informação financeira de uma empresa. Deste modo, empresa define-se como sendo

---

(...) um conjunto organizado de meios, com vista a exercer uma atividade económica com o objetivo de obtenção de lucro. Esta atividade pode traduzir-se na transação e/ou na produção de bens e/ou serviços, com o objetivo de atender alguma necessidade humana. (Gonçalves *et al.*, 2016, p. 25).

---

Posto isto, é necessário ter em consideração a existência de vários intervenientes durante a laboração da empresa. Assim, de acordo com as várias Teorias Contabilísticas existentes atualmente, a teoria onde se enquadra o relatório realizado, é a Teoria dos *Stakeholders*, uma vez que existe um conjunto de interesses relacionados com a elaboração das Demonstrações Financeiras (DF).

No que diz respeito à Teoria do *Stakeholders*, esta tem por base uma perspetiva de relacionamento entre utentes externos e internos da informação financeira, afirmando-se uma mais-valia tanto para investidores de capital, como para os restantes utentes, que tem como principal foco a avaliação de comportamentos éticos e cumprimento das políticas governativas da sociedade. Desta forma, esta teoria assenta no pilar de entendimento da empresa em avaliar as relações de um conjunto de interessados na informação, por forma a não satisfazer um grupo estrito de *stakeholders* (Ribeiro, 2010).

Assim sendo, existe um conjunto de linhas orientadoras pelos quais o processo de relato financeiro e prestação de contas se deve reger, tendo em consideração os deveres de divulgação, as estruturas e políticas governativas da sociedade. Desta forma presume-se que uma empresa é responsável quando:

---

Define uma estratégia baseada na compreensão e na resposta abrangente e equilibrada em relação aos assuntos relevantes e às preocupações dos

*Stakeholders*;

Estabelece objetivos e normas, segundo os quais a estratégia e o correspondente desempenho podem ser geridos e avaliados;

Divulga informações prováveis em relação a estratégias, objetivos, normas e desempenho. (Araújo, Cardoso, & Novais, 2011, p. 28).

---

## **1.1. Prestação de Contas**

Primeiramente, importa compreender que a prestação de contas consiste na realização de uma avaliação, documentação e divulgação da situação patrimonial, num período específico, expondo as alterações patrimoniais de uma empresa aos investidores de capital (Araújo *et al.*, 2011).

Dar Balanço e prestar de contas é, conforme descrito no Código Comercial, artigo 18.º, uma obrigatoriedade da administração/gerência (Rocha & Duarte, 2022). Assim, cabe aos órgãos de gestão o dever de elaboração e apresentação aos órgãos competentes da sociedade o respetivo relatório de gestão, as contas do exercício e outros documentos de prestação de contas conjeturados na lei, tendo em consideração a periodicidade, a legalidade, a subscrição e a tempestividade. Segundo Araújo *et al.* (2011), entende-se por:

- Periodicidade - o dever de preparação tendo em consideração uma base anual;
- Legalidade - o dever de preparação tendo por base o disposto na lei;
- Subscrição - o dever de todos os membros do órgão de gestão assinarem o relatório de gestão e demais documentos, sendo que no caso de recusa deve ser devidamente fundamentada;
- Tempestividade - o dever de apresentação do relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas no período de três meses após o término do exercício ou de cinco meses no caso de empresas consolidadas o que utilizem o Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Em todas as entidades a Prestação de Contas é uma atividade fundamental para tomada de decisão por parte dos utilizadores da informação financeira, no qual faz parte o processo de elaboração do Relatório de Gestão e DF.

## **1.2. Relatório de Gestão**

Após o encerramento de um período contabilístico, a empresa tem o dever de elaborar o relatório de gestão, revestindo-se de importância, pois é elaborado pelo respetivo órgão de gestão.

De acordo com o artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), o relatório de gestão deve obedecer a um conjunto de requisitos mínimos de modo a fornecer uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho económico, posição da empresa, tendo sempre em consideração os riscos e incertezas que a empresa enfrenta na sua laboração. Para isso, deve compreender no relatório uma análise equilibrada e evolutiva dos negócios e dos resultados da empresa, de acordo com a sua dimensão e complexidade, fazendo referência aos montantes inscritos do exercício e explicações relativas a esses montantes quando necessário (Serens, 2022).

De modo a simplificar o processo, o CSC define que o relatório de gestão deve abranger aspetos financeiros quando necessário e fazer referências ao desempenho não financeiro, essencial para uma melhor compreensão das atividades específicas da empresa, que variam de acordo com a sua dimensão e complexidade (Serens, 2022).

No sentido de transmitir uma informação verdadeira e fidedigna da empresa, o órgão de gestão deve ter sempre em consideração a atual situação do mercado onde opera, fazendo alusão ao contexto macroeconómico do setor de atividade. Desta forma, Araújo *et al.* (2011) referem que é possível avaliar de uma forma mais assertiva os riscos inerentes, como é o caso dos riscos intrínsecos e/ou extrínsecos ao negócio, bem como todas as oportunidades de negócio. Para isso, devem ter em consideração a utilização de fontes externas à empresa, fazendo referência a fontes fidedignas, como é o caso de organizações mundiais ou Estado.

Outro ponto importante que o relatório de gestão deve ter em consideração são os factos relevantes ocorridos no período contabilístico, para que todos os interessados na informação financeira compreendam a evolução do negócio ao longo do ano e avaliem de melhor forma o processo de tomada de decisão. Assim, trata-se de um facto relevante, quando tenha influência significativa na atividade da empresa e nas DF, como é o caso da variação significativa do endividamento, custos de matérias-primas, conquistas de quotas de mercado, entre outros (Araújo *et al.* 2011).

Assim sendo, o órgão de gestão deve efetuar uma explicação acerca da evolução do volume de negócios, esclarecendo os desvios mais relevantes em relação a anos anteriores, a margem bruta apurada, bem como o resultado operacional, fazendo uma análise comparativa com períodos anteriores, em que muitas vezes recorre a indicadores anglo-saxónicos como é o caso do *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* (EBITDA) ou *Earnings Before Interest and Taxes* (EBIT) (Araújo *et al.* 2011).

Por conseguinte é necessário expor aos utentes da informação financeira as políticas de investimento da empresa e as atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) em prática na empresa. Este tipo de informação é essencial, pois define qual o posicionamento estratégico que a empresa pretende alcançar a médio longo prazo, sendo recomendável a identificação do tipo de financiamento utilizado. Neste sentido, o órgão de gestão deve apresentar as atividades de I&D realizadas ao longo do período, identificar quais as participações obtidas e indicadores financeiros, como é o caso dos custos reconhecidos como gastos do período e/ou capitalizados em ativos intangíveis de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 6 – Ativos intangíveis, (Comissão de Normalização Contabilística, 2004a).

Uma vez que o sucesso de uma organização passa essencialmente pelos Recursos Humanos (RH), o órgão de gestão deve reger-se de acordo com o artigo 66.º do CSC. Assim, devem ser divulgados quais os RH disponíveis, o progresso quantitativo do número de funcionários, o nível de habilitação, a antiguidade na organização, horas de formação, gastos com o pessoal e outros factos considerados relevantes para o processo de tomada de decisão (Serens, 2022).

Outro dos pontos a referir no relatório de gestão, no caso de existir, são as sucursais ou as participações detidas pela empresa, em que nas primeiras o órgão de gestão deve fazer alusão à denominação social, explicação da evolução do negócio, bem como um esclarecimento dos principais indicadores económico-financeiros. No que diz respeito às participações detidas, deve para além do exposto nas sucursais, informar quais as atividades desenvolvidas pela participada e a percentagem detida (Araújo *et al.* 2011).

É de salientar que, no relatório de gestão deve ser apresentado aos utilizadores da informação financeira a situação patrimonial da empresa, obtida através da interpretação dos dados do Balanço, de modo a fazer uma análise da posição da empresa no mercado

onde atua, bem como as perspectivas para o futuro. Assim o órgão de gestão, deve ter em consideração a apresentação do Fundo de Maneio, a Tesouraria Líquida e as Necessidades de Fundo de Maneio da empresa. Conforme demonstra a Tabela 1, o relatório de gestão deve fazer alusão às seguintes equações:

**Tabela 1 - Equações Financeiras**

Equações Financeiras	
<b>Fundo de Maneio</b>	Passivo não Corrente + Capitais Próprios – Ativos não Correntes
<b>Tesouraria Líquida</b>	Caixa e Equivalentes de Caixa – Dívida Financeira Corrente
<b>Necessidades de Fundo de Maneio</b>	Necessidades Cíclicas – Recursos Cíclicos

**Fonte:** Elaboração própria, adaptado de Araújo *et al.* (2011)

Apesar de serem indicadores importantes para os utilizadores da informação financeira, existem outros rácios que, segundo Araújo *et al.* (2011), o órgão de gestão deve incluir, de modo a obter uma análise comparativa entre períodos homólogos e entidades do mesmo setor de atividade. Na Tabela 2 identificam-se alguns rácios que devem constar no relatório de gestão, como é o caso do Rácio de Rentabilidade, de modo a apurar a eficiência da utilização dos ativos; de Endividamento; de Estrutura, de modo a apurar o peso do Capital Próprio (CP) relativamente aos ativos e passivos; e também Rácios de Liquidez, de modo a apurar de que forma a empresa faz face aos seus compromissos a curto prazo.

**Tabela 2 - Tipos de Rácios**

Tipos de Rácios	
<b>Rácios de Rentabilidade</b>	$\text{Rentabilidade dos Capitais Próprios} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capital Próprio}}$ $\text{Rentabilidade das Vendas} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Volume de Negócios}}$ $\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Ativo (A)}}$
<b>Rácios de Endividamento</b>	$\frac{\text{Dívida não corrente} + \text{Locação Financeira}}{\text{Dívida não corrente} + \text{Locação Financeira} + \text{Capital Próprio}}$
<b>Rácios de Liquidez</b>	$\text{Liquidez Reduzida} = \frac{\text{Caixa e Equivalentes} + \text{A. Correntes} + \text{Contas a Receber}}{\text{Passivo Corrente}}$ $\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$ $\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Caixa e Equivalentes} + \text{A. Correntes}}{\text{Passivo Corrente}}$

*A Importância da Obrigação do Relatório de Gestão e Apresentação de Contas  
Instrumentos de Tomada de Decisão*

<b>Rácios de Estrutura</b>	Autonomia Financeira = $\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Ativo}}$
	Solvabilidade = $\frac{\text{Capital próprio}}{\text{Passivo} + \text{Interesses Minoritários}}$
	Estrutura de Capitais = $\frac{\text{Capitais Alheiros}}{\text{Capitais Próprios}}$

**Fonte:** Elaboração própria, adaptado de Araújo *et al.* (2011)

Segundo o Serens (2022), o órgão de gestão deve indicar no relatório anual da empresa, o respetivo número de ações/quotas próprias adquiridas/alienadas ao longo do período, informando o motivo dessa aquisição e respetivo custo de aquisição/venda e por fim o número de ações/quotas detidas pela empresa no final do período (artigo 220.º, n.º 4 e artigo 324.º, n.º 2 do CSC).

Deve ainda ser apresentado pelo órgão de gestão os factos relevantes que ocorreram após o encerramento do período, segundo o n.º 5, al. a) do artigo 66.º do CSC, que podem influenciar de forma significativa a tomada de decisão pelos vários utilizadores da informação financeira e que possam dar lugar, ou não, a ajustamentos nas quantias reconhecidas nas DF. São exemplos: a existência de uma pandemia que afeta diretamente o desenvolvimento da empresa, o início de uma guerra, que influencia o mercado financeiro, bem como os preços das matérias-primas ou um processo judicial em curso resolvido após a data do balanço, mas que a empresa já tinha a obrigatoriedade à data do balanço. Estes factos devem ser apresentados uma vez que podem interferir com a evolução estratégica da sociedade e o posicionamento da mesma no mercado, devendo o órgão de gestão fazer uma abordagem das perspetivas futuras quanto ao desenvolvimento do negócio (Serens, 2022).

Uma vez que o Estado faz parte do conjunto dos utilizadores da informação financeira, o órgão de gestão deve fazer referência às dívidas que a sociedade tem perante o mesmo, quer sejam estas à Segurança Social (SS), ou à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), indicando se no final do período apresenta valores em dívida, qual o seu montante e se apresenta algum acordo de pagamento celebrado com o Estado. Neste sentido, deve incluir as declarações de não dívida retiradas do portal da AT e a declaração da situação contributiva retirada do portal da SS (Araújo *et al.*, 2011).

Por último, devem ser apresentados, segundo o n.º 5, al. f) do artigo 66.º do CSC, a proposta de aplicação dos resultados obtidos da empresa devidamente fundamentada, segundo os condicionalismos impostos legalmente pelo CSC e respetivas NCRF, como é

o caso da constituição e reforço da reserva legal, direito a lucros do período, lucro não distribuível, reservas de revalorização não realizadas e os limites à distribuição de bens (Serens, 2022).

No que diz respeito à constituição e reforço da reserva legal, em Serens (2022), consta que a reserva constituída nunca pode ser inferior a 2.500 euros e deve ser aumentada por uma percentagem não inferior a 5% dos lucros, até perfazer um quinto do capital social (artigo 218.º, n.º 2 e artigo 295.º, n.º 1 do CSC).

Relativamente aos limites à distribuição de bens, não é permitida a distribuição de bens aos sócios quando o CP da sociedade, incluindo o resultado do período, seja inferior à soma do capital social e reservas não distribuíveis, de acordo com o artigo 32.º, n.º 1 CSC (Serens, 2022).

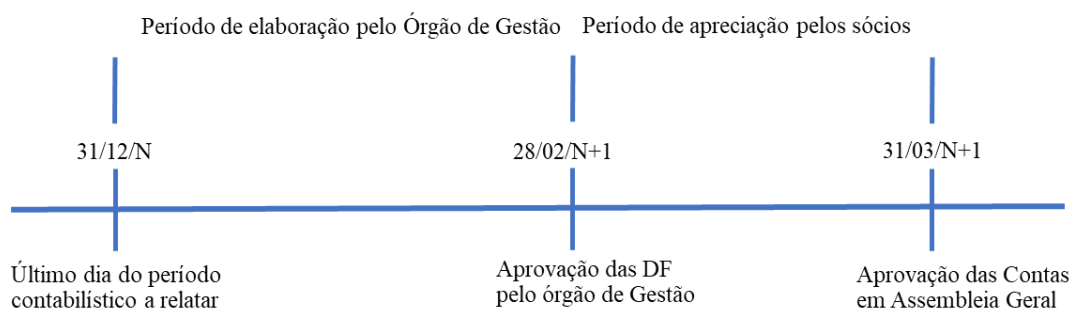
Quanto às reservas de revalorização não realizadas, como é o caso dos incrementos patrimoniais decorrentes da aplicação do justo valor, só pode haver lugar à distribuição das mesmas quando os motivos a que lhe deram origem forem cumpridos, como é o caso da alienação de um Ativo Fixo Tangível (AFT), artigo 32.º n.º 2 CSC (Serens, 2022).

Em relação ao lucro não distribuível, trata-se de lucros do exercício que sejam essenciais para a cobertura de prejuízos, para a formação ou recomposição de reservas legais/societárias. Este não pode ser distribuído enquanto as respetivas despesas realizadas com a investigação e desenvolvimento não forem totalmente amortizadas pelas reservas existentes, artigo 33.º n.º 1 e 2 CSC (Serens, 2022).

Quanto aos direitos a lucros do período, o sócio tem direito a distribuir 50% dos lucros do exercício, quando existe a deliberação da decisão por mais de 75% dos direitos de votos correspondentes ao capital social em assembleia geral, salvo a existência de uma cláusula contratual diferente (artigo 294.º n.º 1 CSC).

Após o término do exercício, consta em Serens (2022), que existe um período no qual órgão de gestão deve disponibilizar o relatório de gestão, bem como todos os documentos de prestação de contas aos sócios. No caso de se tratar de uma sociedade por quotas, deve disponibilizar a informação após a convocatória para assembleia geral, de acordo com o artigo n.º 263, n.º 1 do CSC.

Neste caso, se houver a existência de uma sociedade por quotas onde não exista a obrigatoriedade de certificação legal de contas e que o período económico da empresa seja coincidente com o ano civil, salientam-se as seguintes datas:



**Figura 1** - Período de preparação, apreciação e aprovação de contas

**Fonte:** Elaboração própria, adaptado de Araújo *et al.* (2011)

Desta forma, verificamos que a 31/12/N trata-se do último dia de relato financeiro e que deve coincidir com a data de encerramento do período e com a data do balanço. Após esta data, o órgão de gestão deve proceder à preparação das DF até ao dia 28/02/N+1, de modo aos sócios procederem à respetiva aprovação de contas até à data-limite de 31/03/N+1, no momento da assembleia geral.

### 1.3. Demonstrações Financeiras

Devido à globalização dos mercados de capitais, a contabilidade assume um papel crucial nas organizações, onde é considerada uma ferramenta essencial de apoio, pois fornece informação útil, no que diz respeito ao desempenho, posicionamento e também à capacidade de gerar fluxos financeiros para organização, com o intuito de obtenção de uma melhor tomada de decisão. Neste sentido, contabilidade é considerada uma

---

(...) ciência de natureza económica que tem por objeto produzir informação, para possibilitar o conhecimento do passado, presente e futuro da realidade económica em termos quantitativos e qualitativos a todos os seus níveis organizativos, mediante a utilização de um método específico apoiado em bases suficientemente testadas, com o fim de facilitar a adoção das decisões financeiras externas e as de

planificação e controlo internas. (Gonçalves, Santos, Rodrigo, & Fernandes, 2016, p. 31).

Assim sendo, as DF fazem parte de um conjunto de documentos contabilísticos, parte integrante do procedimento de relato financeiro, onde é apresentada a informação resultante da prestação de contas, em que estão estruturadas de acordo com um conjunto de normas. Um conjunto integral das DF é constituído pelo Balanço, Demonstração de Resultados (DR), Demonstração de Alterações de Capital Próprio (DACP), Demonstrações de Fluxos de Caixa (DFC) e por último o Anexo.

Em conformidade com a legislação em vigor, as entidades estão obrigadas a apresentar aos utilizadores da informação financeira, um conjunto de DF que esteja de acordo com a dimensão e tipo de entidades, em que estas podem dividir-se em três níveis, microentidades, pequenas entidades (PE) e entidades enquadradas no regime geral, como se pode ver na Tabela 3:

**Tabela 3** - As demonstrações financeiras aplicáveis a cada referencial contabilístico

<b>Tipos de Entidade</b>	<b>Mínimas Exigidas</b>	<b>Demonstrações Financeiras</b>
<b>Microentidades</b>	No Mínimo	Balanço para Microentidades Demonstração de Resultados por natureza para Microentidades Informação Adicional/ Complementar
<b>Pequenas Entidades</b>	No Mínimo	Balanço (modelo reduzido) Demonstrações dos Resultados por Naturezas (modelo reduzido) Anexo (modelo reduzido)
<b>Restantes Entidades (Regime Geral)</b>	Obrigatório	Balanço Demonstração dos Resultados por Naturezas Demonstrações das Alterações no Capital Próprio Demonstração de Fluxos de Caixa Anexo

**Fonte:** Elaboração própria, adaptado de Gonçalves *et al.* (2016)

Segundo Cardoso (2017), as microentidades devem ponderar se elaboram o anexo e o relatório de gestão, uma vez que pode colocar em causa a tomada de decisão por partes dos utilizadores da informação financeira, mais propriamente as entidades bancárias, que podem solicitar estes documentos para a aprovação de um crédito.

Assim sendo, o objetivo principal da apresentação das DF é fornecer informação crucial para os utilizadores da informação financeira para a tomada de decisão. Para isso, estas devem ser preparadas de acordo com um conjunto de Pressupostos Subjacentes e Características Qualitativas, que estão presentes na Estrutura Conceptual (Rodrigues, 2021).

### **1.3.1. Pressupostos Subjacentes**

Os pressupostos subjacentes das DF são essenciais, no sentido em que proporcionam um conjunto de regras fundamentais, para a obtenção de uma base contabilística consistente, coerente e de modo a assegurar a comparabilidade. Assim as DF, devem ter por base o pressuposto do Regime do Acréscimo e da Continuidade, presentes na Estrutura Conceptual (Rodrigues, 2021).

#### **1.3.1.1. Regime do Acréscimo**

De acordo com a Estrutura Conceptual, as DF devem ser preparadas com base neste regime, uma vez que o reconhecimento é realizado quando o efeito das transações é verificado, sendo indiferente o recebimento ou pagamento através de caixa ou equivalentes de caixa, contrariamente ao regime de caixa em que a empresa divulga as respetivas operações financeiras aquando da confirmação de um pagamento ou recebimento (Rodrigues, 2021).

#### **1.3.1.2. Continuidade**

No que diz respeito ao pressuposto da continuidade, presente na Estrutura Conceptual, este, conjetura que a empresa deve preparar as DF em função da continuidade da empresa, ou seja, a empresa irá continuar a laborar no futuro. Caso esta não tenha presente o pressuposto de continuidade, deve-se elaborar as DF de acordo com o pressuposto de liquidação, uma vez que existe vontade dos investidores de cessar a atividade ou a empresa já não se encontra em condições de prosseguir com a atividade. Em suma, os utilizadores da informação financeira devem ser instruídos acerca das perspetivas futuras da empresa, uma vez que estas são essenciais para uma melhor tomada de decisão, independentemente do grau de complexidade das matérias divulgadas (Rodrigues, 2021).

### **1.3.2. Características Qualitativas**

Em conformidade com estes dois pressupostos, as DF devem integrar um conjunto de características qualitativas enunciadas na Estrutura Conceptual. Segundo a Comissão de Normalização Contabilística (2003a), estas apresentam-se por um conjunto de “(...) atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes. As quatro principais características qualitativas são a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade.” (p. 9).

#### **1.3.2.1. Compreensibilidade**

É de salientar que as DF devem ser elaboradas de acordo com este atributo qualitativo, visto que os utilizadores da informação financeira necessitam de informação que seja de fácil compreensão, para a obtenção de uma melhor tomada de decisão. Contudo, a organização não deve deixar de proporcionar matérias de maior complexidade, que sejam cruciais para a melhor compreensão da situação atual, uma vez que existe a presunção de que os utilizadores devem ter um conhecimento razoável acerca de matérias relacionadas com contabilidade, economia e com a atividade empresarial (Gonçalves *et al.*, 2016).

#### **1.3.2.2. Relevância**

Relativamente à relevância, esta característica qualitativa da Estrutura Conceptual é vista como uma parte integrante das DF, isto é, a informação proporcionada aos utentes da informação financeira é relevante de modo a alcançar a melhor tomada de decisão. Neste sentido, este conceito está interligado a outros dois, nomeadamente a materialidade e natureza da informação. No que diz respeito ao primeiro, a informação é material, quando a sua omissão ou lacuna, influencia a decisão dos *stakeholders*. Em relação à natureza da informação, esta tem presente a ideia de que a informação pode ser relevante e não material, isto é, apesar desta não ter um peso quantitativo nas DF, a omissão ou lacuna da informação pode inviabilizar a obtenção de uma decisão mais apropriada para o utente (Rodrigues, 2021).

#### **1.3.2.3. Fiabilidade**

No que diz respeito à fiabilidade, Gonçalves *et al.* (2016) afirmam que esta característica tem implícita a inexistência de erros materiais, com o objetivo de proporcionar informação fiável aos utilizadores, em que deve ser representativa da situação atual da empresa. Para isso, a fiabilidade é sustentada por cinco pilares fundamentais, sendo estes

da Representação Fidedigna, Substância sobre a Forma, Neutralidade, Prudência e por último Plenitude. Na Tabela 4 é realizada uma caracterização breve de cada um dos pilares da Fiabilidade.

**Tabela 4** - Requisitos da Fiabilidade

Representação Fidedigna	<ul style="list-style-type: none"><li>• Representar com fiabilidade acontecimentos e situações que afetem a composição e o valor monetário;</li></ul>
Substância sobre a Forma	<ul style="list-style-type: none"><li>• A informação deve ser apresentada em função da substância e realidade económica e não apenas de acordo com a substância legal;</li></ul>
Neutralidade	<ul style="list-style-type: none"><li>• As demonstrações financeiras não devem produzir um efeito pré-determinado aos utentes da informação financeira;</li></ul>
Prudência	<ul style="list-style-type: none"><li>• Existência de um grau de precaução na prática de juízos necessários à elaboração de estimativas relacionadas com a hipótese de perdas;</li></ul>
Plenitude	<ul style="list-style-type: none"><li>• A informação fornecida nas demonstrações financeiras deve ser completa, tendo sempre presente a noção de materialidade e custo.</li></ul>

**Fonte:** Elaboração própria, adaptado de Gonçalves *et al.* (2016)

#### **1.3.2.4. Comparabilidade**

Por último, temos presente na Estrutura Conceptual, o conceito de comparabilidade, como característica qualitativa das DF, com o objetivo de permitir aos utilizadores da informação financeira a comparação em relação ao tempo e ao espaço, a fim de possibilitar uma melhor avaliação da posição do desempenho de uma empresa. Para a existência de uma boa comparabilidade, é necessário que as entidades procedam à respetiva divulgação das políticas contabilísticas adotadas e que estas estejam em conformidade com as NCRF.

Em suma, estas características qualitativas nem sempre podem ser colocadas em prática nas mesmas proporções, sendo necessário uma avaliação prévia de quais características que apresentam uma melhor tomada de decisão dos utentes da informação financeira. Assim sendo, a empresa deve ter em consideração, quem são os utentes da informação financeira, podendo ser Investidores, Mutuantes, Fornecedores e outros Credores, Clientes, entre outros, presentes na Estrutura Conceptual (Rodrigues, 2021).

### **1.3.3. Utentes da Informação Financeira**

#### **1.3.3.1. Investidores**

Relativamente a este grupo de utentes da informação financeira, que fazem parte os Sócios ou Acionistas da empresa, são uns dos principais interessados na obtenção de informação, uma vez que são quem fornece o capital e incorre no risco. Neste sentido, necessitam de obtenção de informação, de modo a tomar a decisão de comprar, deter ou alienar os títulos, em função do retorno esperado (como por exemplo, os dividendos) (Comissão de Normalização Contabilística, 2003a).

#### **1.3.3.2. Mutuantes**

Os mutuantes são organizações que têm a capacidade de conceder crédito, como por exemplo, Bancos. Assim sendo, certas entidades recorrem a estes serviços, necessitando os mutuantes de obter informação relativa ao posicionamento e desempenho da empresa, de forma a verificar se esta tem capacidade de liquidar os respetivos empréstimos e também os juros (Comissão de Normalização Contabilística, 2003a).

#### **1.3.3.3. Fornecedores e outros Credores Comerciais**

De acordo com a Estrutura Conceptual, os fornecedores e outros credores, fazem parte integrante dos utentes da informação financeira, de modo a avaliarem se a empresa tem a capacidade suficiente de liquidez para pagar as dívidas, durante o período estabelecido (Comissão de Normalização Contabilística, 2003a).

#### **1.3.3.4. Clientes**

Relativamente a este conjunto de utentes, o principal objetivo de obtenção de informação é a verificação acerca da continuidade da empresa, principalmente quando existe uma ligação contratual entre as duas partes intervenientes (Comissão de Normalização Contabilística, 2003a).

### **1.3.4. Balanço**

O Balanço é uma DF, presente na NCRF 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, da Comissão de Normalização Contabilística (2004b) que fornece informação útil acerca da posição financeira de uma empresa. Relativamente a este, o modelo adotado para as entidades que apliquem as NCRF Regime Geral e as Norma

Contabilística e de Relato Financeiro – Pequenas Empresas (NCRF-PE), é o modelo Vertical, sendo este apresentado no **Anexo 1** deste relatório.

Neste sentido, a NCRF 1, da Comissão de Normalização Contabilística (2004b), refere que o balanço é constituído por um conjunto de aplicações de fundos em que devem igualar as origens de fundos. Em relação às aplicações de fundos, estas são constituídas pelo conjunto de ativos detidos pela empresa, em que são financiados pelas respetivas origens de fundos, da qual fazem parte o CP e o Passivo, muitas vezes designado de Capital Alheio. Assim, o Balanço pode ser traduzido através da seguinte equação: *Ativo = Capital Próprio + Passivo*.

Para uma melhor compreensão e análise, é necessário ter em consideração o conceito de Ativo, Passivo e de CP.

#### **1.3.4.1. Ativo**

Relativamente ao ativo, está definido na Estrutura Conceptual, da Comissão de Normalização Contabilística (2003a), como sendo um recurso controlado pela empresa, capaz de gerar benefícios económicos futuros, em consequência de acontecimentos passados. De acordo com a NCRF 1, da Comissão de Normalização Contabilística (2004b), estes podem ser classificados como ativos correntes e ativos não correntes.

Os ativos para serem classificados como correntes, devem satisfazer um conjunto de critérios, como por exemplo:

- a) Pretende-se que seja vendido, consumindo ou realizado, no decorrer de um ciclo operacional;
- b) O objetivo final é a negociação do ativo;
- c) Que seja realizado num período máximo de 12 meses, após a data do balanço;
- d) Ser caixa ou equivalente de caixa.

No que diz respeito aos ativos não correntes, e de acordo com a NCRF 1, são todos os restantes ativos que não satisfazem os critérios para ser ativos correntes, como o caso dos AFT e as Propriedades de Investimento.

#### **1.3.4.2. Capital Próprio**

O CP é definido como sendo o valor líquido do património. Este é apurado através da dedução de todos os passivos aos ativos que a empresa possui (Sá, 2010).

No balanço, o CP apresenta-se subdividido num conjunto de rubricas, relacionadas com o reconhecimento de operações de naturezas específicas, como por exemplo a constituição da sociedade, o aumento ou redução do capital, a existência de prémios, excedentes de revalorização e também a apresentação dos resultados, quer sejam relativos ao período ou a períodos transitados (Sá, 2010).

#### **1.3.4.3. Passivo**

O passivo é definido na Estrutura Conceptual, da Comissão de Normalização Contabilística (2003a), como uma obrigação presente, resultante de acontecimentos passados, que implica o exfluxo de recursos, com o intuito de incorporar benefícios económicos. Estes, de acordo com a NCRF 1, podem ser classificados de duas diferentes formas, passivos correntes e passivos não correntes.

De acordo com a NCRF 1, da Comissão de Normalização Contabilística (2004b), os passivos correntes, para serem considerados como tal, são todos os passivos que satisfaçam um conjunto de requisitos:

- a) Pretende-se que seja liquidado no decorrer de um ciclo operacional;
- b) O objetivo final é a negociação do passivo;
- c) Que seja liquidado num período máximo de 12 meses;
- d) Verificada a inexistência sobre o direito incondicional de deferir a liquidação do passivo, durante o período mínimo de 12 meses após a data do Balanço.

Em relação aos passivos não correntes, e de acordo com a NCRF 1, são todos os restantes passivos que não satisfaçam os critérios para ser passivos correntes.

#### **1.3.5. Demonstração de Resultados**

A DR faz parte do conjunto de DF, sendo o principal objetivo a evidencia do desempenho de uma organização em relação a uma perspetiva económica (Sá, 2010), sendo apresentado em anexo deste relatório o modelo de uma DR por naturezas **Anexo 2** e por funções **Anexo 3**.

Deste modo, na NCRF 1, da Comissão de Normalização Contabilística (2004b) define que esta demonstração elenca um conjunto de rubricas de rendimentos e gastos, com o intuito de obtenção do Resultado Líquido do Período (RLP) da empresa, em que se os rendimentos forem maiores que os gastos, a empresa apresenta um resultado positivo

(Lucro), caso contrário, apresenta prejuízo. Assim, os resultados podem ser definidos pela seguinte equação:  $RLP = \text{Rendimentos} - \text{Gastos}$ .

Em suma, a formação de tais resultados “(...) é evidenciada pela síntese dos rendimentos e ganhos (i.e., proveitos) e dos gastos e perdas (i.e., custos) em grupos homogêneos, indicando desta forma a proveniência e composição do resultado apurado em cada período.” (Neves, 2012, p. 111).

Para um melhor entendimento da DR por parte dos utilizadores da informação financeira, é necessário ter em consideração o conceito de rendimentos e gastos.

#### **1.3.5.1. Rendimentos**

As rubricas presentes na DR referentes aos rendimentos, são consideradas benefícios económicos, relativamente a um período contabilístico, em que se podem apresentar como aumentos de ativos, diminuição de passivos e também sob forma de incorporação de influxos para a empresa (Comissão de Normalização Contabilística, 2003a).

Posto isto, na Estrutura Conceptual, os rendimentos subdividem-se em dois grupos, os réditos e os ganhos. Os réditos, são provenientes do decurso da atividade ordinária (ou correntes) que a empresa desenvolve, como o caso das vendas e prestações de serviços. No que diz respeito aos ganhos, são rendimentos de diferentes itens, mas que satisfazem um conjunto de condições, em que estes podem resultar, ou não do decurso das atividades correntes da empresa, como o caso da venda de AFT ou no acréscimo por aplicação do Justo Valor (Sá, 2010).

#### **1.3.5.2. Gastos**

No que diz respeito às rubricas de gastos presentes na DR, caracterizam-se por originarem uma diminuição dos benefícios económicos de um período contabilístico. Neste sentido, podem resultar de um exfluxo, de uma diminuição de um ativo ou num aumento de um passivo (Comissão de Normalização Contabilística, 2003a).

Assim sendo, tal como os rendimentos, os gastos estão subdivididos em dois grupos, os gastos e perdas.

Em relação aos primeiros, são provenientes do decurso da atividade ordinária da empresa, como por exemplo os custos das vendas, custos salariais e depreciações. No caso das perdas, representam “(...) outros itens que satisfaçam a definição de gastos e podem, ou

não, surgir do decurso das atividades correntes (ou ordinárias) de uma empresa. EX.: desastres como os incêndios e as inundações.” (Sá, 2010, p. 22) .

### **1.3.6. Demonstrações das Alterações de Capital Próprio**

A DACP é uma DF que espelha as alterações no CP de uma empresa, relativo a dois períodos contabilístico, como se pode verificar no modelo apresentado no **Anexo 4** deste relatório.

De acordo com a NCRF 1, Comissão de Normalização Contabilística (2004b), as alterações refletem o aumento ou diminuição de ativos líquidos de uma empresa.

Posto isto, com a respetiva verificação da DACP, é possível verificar que esta se encontra repartida em seis partes principais, sendo elas a Posição do Início do Período, as Alterações do Período, o RLP, Resultado Integral, Operações com Detentores de Capital no Período e por último a Posição no Final do Período (Neves, 2012).

No que diz respeito à Posição no Início do Período, caso não seja o primeiro ano de atividade, apresenta a posição relativa ao fim do período do ano anterior. As alterações no período, traduzem a totalidade dos rendimentos e gastos, gerados pela empresa durante o período contabilístico atual, estes incluem ganhos e perdas, que sejam reconhecidos nos resultados ou sejam reconhecidos diretamente como alterações de CP. Em relação ao RLP, este espelha o resultado apurado na DR. A implementação do conceito de Resultado Integral na DACP, constitui uma mais-valia para uma correta análise e avaliação por parte dos utentes da informação financeira, em que se traduz pela agregação do RLP com todas as alterações ocorridas no CP que não estejam diretamente interligadas com os detentores de capital (Neves, 2012).

As Operações com Detentores de CP, referem-se a alterações que resultem da transação com detentores de partes de CP, como contribuições de capital, dividendos ou quando derivem de outros custos de transação que estejam relacionados com as referidas anteriormente. Por último, apresenta-se a Posição no Final do Período, que se traduz pelo somatório da Posição do Início do Período, das alterações no Período, do Resultado Integral e as Operações com os Detentores de CP (Neves, 2012).

Assim, a importância da DACP

(...) para os analistas está na síntese que o mesmo faz alterações que são contabilizadas diretamente nesta conta do balanço e das operações com os detentores do capital nesse período, nomeadamente, realizações de capital, realizações de prémios de emissão, distribuições de lucos, entrada para cobertura de perdas, etc. (Neves, 2012, p. 116).

---

### **1.3.7. Demonstrações de Fluxos de Caixa**

A DFC enquadra-se na NCRF 2 - Demonstração de Fluxos de Caixa, baseada na Norma Internacional de Contabilidade IAS (*International Accounting Standard*) – 7, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1725/2003 da Comissão, de 21 de setembro. Em anexo é apresentado o modelo de uma DFC no **Anexo 5** neste relatório.

O principal objetivo desta DF é a evidência das “(...) alterações históricas de caixa e seus equivalentes, identificando os fluxos de caixa (entradas e saídas) do período, provenientes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento.” (Lopes, 2017, p. 20).

Assim, para uma correta avaliação por parte dos utentes da informação financeira, estes devem ter presente a noção de caixa e depósitos bancários bem como equivalentes de caixa. No que diz respeito a caixa e depósitos bancários, evidencia quantias reconhecidas na rubrica de caixa como é o caso do dinheiro do decurso normal da empresa, que pode ser dinheiro nacional, estrangeiro, cheques ou vales postais e também inclui montantes evidenciados na rubrica de depósitos à ordem. No caso de o valor monetário não se encontrar na mesma moeda, em que as DF estão apresentadas, no final de cada período deve proceder à conversão desse valor com base na taxa de câmbio em vigor (Gonçalves *et al.* 2016).

Os equivalentes de caixa, de acordo com a NCRF 2, compreendem os investimentos financeiros de curto prazo, com um risco reduzido de variações de valor em que seja possível a prontidão de conversão para quantias monetárias.

Com a análise da DFC, é possível verificar que esta se encontra tripartida em Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento e Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento.

### **1.3.7.1. Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais**

Relativamente a estes fluxos, enquadram-se todas as atividades operacionais, isto é, atividades principais que têm capacidade de gerar rédito para atividade, outras atividades que não estejam relacionadas com o investimento ou financiamento da empresa, como por exemplo o recebimento de caixa proveniente da venda de um bem (Comissão de Normalização Contabilística, 2003b).

Desta forma, a NCRF 2 da Comissão de Normalização Contabilística (2003b) define que a empresa gera fluxos de modo a pagar “(...) empréstimos, manter a capacidade operacional da empresa, pagar dividendos e fazer novos investimentos (...)” (p. 3) sem ter a necessidade de uma fonte de financiamento externa.

### **1.3.7.2. Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento**

Nestes fluxos compreendem-se todas as transações referentes à aquisição ou venda de Ativos, com duração superior a 12 meses (longo prazo), bem como investimentos que não se enquadrem em equivalentes de caixa, como por exemplo o recebimento (da venda) ou do pagamento (da compra) referente a um AFT (Comissão de Normalização Contabilística, 2003b).

Assim, estas atividades apresentam-se como sendo uma extensão de dispêndios de recursos, que foram realizados com o intuito de gerar rendimentos e fluxos de caixa futuros (benefícios económicos) (Silva & Martins, 2012).

### **1.3.7.3. Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento**

Os Fluxos de caixa destas atividades, referem-se a atividades onde existe como consequência a variação, tanto na dimensão como na composição do respetivo CP da empresa e quando exista alterações nos empréstimos obtidos (financiamento externo), como por exemplo recebimento proveniente da emissão de ações/quotas ou a sua aquisição (ações próprias) (Silva & Martins, 2012).

Deste modo, é possível para os utentes da informação financeira, avaliar as quantias existentes entre as atividades, de modo a apurar o impacto que estas têm na posição financeira.

### **1.3.8. Anexo**

A última DF que uma empresa deve apresentar aos utentes das informações financeiras, é o Anexo, em que este se deve reger segundo a NCRF 1.

Neste sentido, o Anexo deve fornecer informação acerca das bases de preparação e elaboração das DF bem como quais as políticas contabilísticas adotadas no presente período contabilístico. Este, deve também, fornecer informações que sejam exigidas pelas NCRF, que sejam cruciais para uma melhor análise e compreensão e que não estejam evidenciadas nas respetivas DF, de acordo com a NCRF 1, (Comissão de Normalização Contabilística, 2004b).

De modo a fornecer uma informação financeira mais coerente e de fácil compreensão aos utilizadores da informação, o anexo apresenta-se de forma tripartida. Inicialmente, este apresenta a identificação da empresa, quais os referenciais contabilísticos adotados, bem como quais as suas políticas contabilísticas. Posteriormente, este deve fazer uma breve discriminação das rubricas relativas ao Balanço, à DR, à DACP e à DFC, de acordo com a NCRF em que estejam enquadradas. Por último, o anexo deve apresentar outras notas de divulgações qualitativas, que sejam exigidas pelos respetivos diplomas legais (Sá, 2010).

Assim, um conjunto de notas

---

(...) devem ser apresentadas de uma forma sistemática. Cada item na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa, que tenha merecido uma nota no anexo, deve ter uma referência cruzada. (Sá, 2010, p. 37)

---

#### **1.3.8.1. Informação a apresentar no Anexo relativa ao Balanço**

De acordo com a NCRF 1, da Comissão de Normalização Contabilística (2004b), a empresa deve divulgar um conjunto de notas referentes às classes de capital por ações relativas à quantidade de ações emitidas, que estejam inteiramente ou parcialmente pagas. Devem também fazer referência aos direitos, preferências e restrições associadas a essa classe, onde são incluídas restrições da distribuição de dividendos ou no reembolso de capital e também na divulgação da quantidade de ações detidas pela própria empresa,

associada ou subsidiária. Assim, deve apresentar uma breve descrição da natureza e o objetivo de cada reserva existente no CP da empresa.

**1.3.8.2. Informação a apresentar no Anexo relativa à Demonstração de Resultados**

A empresa deve divulgar todos as rubricas de rendimentos e gastos que sejam materialmente relevantes no momento de tomada de decisão. Neste sentido, existe um conjunto de circunstâncias que dão origem à divulgação, como a reestruturação das atividades da empresa, reversões das provisões, a alinação de AFT, investimentos, unidades operacionais descontinuadas e resolução de litígios. Se a empresa tiver classificado gastos por função, esta divulga a informação referente à natureza dos gastos, como é o caso das depreciações e gasto com o pessoal, de acordo com a NCRF 1 (Comissão de Normalização Contabilística, 2004b).

**1.3.8.3. Informação a apresentar no Anexo relativa à Demonstração de Alterações de Capital Próprio**

O Anexo deve evidenciar o que a empresa tem de divulgar face a esta DF, em que deve incluir o conjunto de valores monetários relativos a transação dos detentores de CP, separando as distribuições destes detentores; a evidência dos resultados transitados da empresa no início do período contabilístico e as alterações ocorridas durante esse período; proceder à verificação e posterior reconciliação da quantia escriturada de cada classe de CP e reservas, no início e no final do período, apresentando cada alteração ocorrida (Neves, 2012) .

**1.3.8.4. Informação a apresentar no Anexo relativa à Demonstração de Fluxos de Caixa**

Na NCRF 2, da Comissão de Normalização Contabilística (2003b), encontra-se evidenciado o que a empresa deve divulgar relativamente a esta DF. Assim sendo, esta deve divulgar as transações relativas à aquisição, alienação de subsidiárias ou outras unidades empresariais, como por exemplo a retribuição integral da aquisição ou alienação; a parte da retribuição relativa à compra ou venda liquidada através de caixa ou equivalentes de caixa; o montante de caixa ou equivalentes das respetivas subsidiárias ou da unidade empresarial adquirida ou vendida; o montante de ativos/passivos que não pertençam a caixa e seus equivalentes das subsidiárias ou unidades empresariais. Deve também divulgar o conjunto de transações referentes ao investimento ou financiamento,

que não seja implícito o uso de caixa ou equivalentes. Por último, deve comentar os saldos de caixa ou equivalentes, que não estejam disponibilizados para usufruto do grupo que apresentem um valor materialmente relevante.

Dito isto, a importância da divulgação de informações aos utilizadores da informação financeira resulta,

---

(...) por um lado, dos pedidos formulados por entidades internas, tendo em vista o processamento das operações, a tomada de decisões e o controlo, e, por outro, dos pedidos oriundos do exterior, normalmente associados à publicidade e à divulgação de informações de carácter financeiro. (Caiado *et al.*, 2011, p. 28).

---

#### **1.4. A apresentação da informação financeira no momento da tomada de decisão**

As empresas devem apresentar a informação financeira de modo a obter a melhor tomada de decisão, logo, a empresa não deve privilegiar os interesses pessoais de cada utente da mesma. Assim, a divulgação desta deve-se realizar de uma forma neutra e equitativa.

De acordo com Brennan & Merkl-Davies (2022), a contabilidade deve conjugar informações financeiras com informações não financeiras, existindo assim, diferentes perspetivas no que diz respeito à prestação de contas, nomeadamente o estilo norte-americano e europeu. Relativamente ao estilo norte-americano, estes avaliam a informação contabilística como sendo uma mais-valia económica, aplicando teorias económicas e psicológicas no seu processo de prestação de contas, essenciais para o processo de tomada de decisão dos investidores de capitais e minimizar conflitos entre gerentes e investidores. Em relação à vertente europeia, baseia o seu processo de prestação de contas em teorias académicas, sociais e linguísticas, aplicando métodos qualitativos de análise crítica, essenciais para o fornecimento de informações relevantes para os utilizadores de informação financeira externos à empresa, centralização das responsabilidades para os investidores e uma gestão de conflitos de interesses na sociedade (Merkl-Davies & Brennan, 2017).

No momento da prestação de contas, são utilizadas cinco perspetivas essenciais para o processo de tomada de decisão dos vários *stakeholders*, sendo elas a perspetiva

económica, psicológica, sociológica, crítica e por fim retórica/linguística. Como refere Brennan & Mark-Davies (2022), as perspetivas

---

(...) económicas e de psicologia explicam os antecedentes das narrativas contabilísticas discriminadas, focando-se nas motivações de gestão. Em contrapartida, as perspetivas sociológicas e críticas centram-se em fatores ambientais, como o contexto jurídico, económico e institucional. Finalmente, a perspetiva retórica e linguística explica as características das narrativas contabilísticas de forma discriminada. (tradução própria, p.180).

---

É importante salientar que no processo de elaboração da prestação de contas, esta seja elaborada através da realização de uma análise qualitativa e equilibrada, uma vez que fornece uma melhor compreensão para os vários utilizadores da informação financeira, utilizando as várias perspetivas, de modo a que os vários grupos de utilizadores das informações financeiras possam ter um maior conhecimento acerca da empresa a nível financeiro, ambiental ou social no processo de tomada de decisão (Carvalho, 2016).

A forma como é feita a análise histórica da contabilidade enfrenta um conjunto de desafios, de modo a contribuir para uma compreensão da contabilidade nos tempos atuais, uma vez que é baseada em acontecimentos passados/históricos, e muitas das vezes não apresenta qualquer explicação do desenvolvimento presente ou futuro (McBride & Verma, 2021). Posto isto, é essencial ter em consideração qual a perceção do papel da contabilidade e da prestação de contas no processo de tomada de decisão, para a contribuição de uma ideologia aceitável para a sociedade (Napiera, 2022).

Segundo Franco (2021), a forma de prestação de contas vai mudar, uma vez que tem por base o *report* financeiro, e terá de abranger aspetos mais ambientais, sociais ou de distribuição de dividendos. Assim, até ao momento a prestação de contas revela-se muito conservadora, tendo como foco principal a exposição de um conjunto de rácios, de modo a avaliar apenas o cumprimento das obrigações. Desta forma, afirma que estas informações vão deixar de ser o centro das atenções e que no futuro, a curto prazo, os utilizadores da informação financeira, solicitem também informações relativas a

preocupações ambientais ou sociais, de modo a avaliarem quais os aspetos diferenciadores entre empresas do mesmo setor (Franco, 2021).

Para Carnegie, Parker & Tsahurido (2021) o entendimento de contabilidade e prestação de contas como a conhecemos está em constante transformação, devido à globalização que se tem sentido ao longo dos tempos, e neste sentido deve ser capaz de se adaptar e contribuir para o desenvolvimento de um mundo melhor e mais sustentável. Desta forma, define a contabilidade como sendo uma prática “(...) técnica, social e moral preocupada com a utilização sustentável de recursos e a prestação de contas adequada às partes interessadas para permitir o florescimento de organizações, das pessoas e natureza.” (tradução própria, p. 69).

Ao longo dos anos, inúmeros autores já referiam a importância da alteração de políticas contabilísticas e prestação de contas. Sangstera (2022) elenca um conjunto de autores, que já se preocupavam com este assunto, nomeadamente Elliot (1992) e Denna *et al.* (1993). O primeiro autor referenciado, referia que a tecnologia de informação estava em desenvolvimento e desta forma também os negócios teriam de acompanhar essa mudança. Por conseguinte, também os administradores devem rever o processo de tomada de decisão, que é baseada somente nas informações contabilistas. Se o processo de tomada de decisão alterar, também a informação financeira e a forma de ensino da contabilidade deve acompanhar a mudança, de modo que seja assegurado desenvolvimento das organizações e o processo de tomada de decisão.

Do mesmo modo, Denna *et al.* (1993) referiram a importância da existência de profissionais capazes de criar ferramentas essenciais para solucionar problemas de negócios, através de habilidades e conhecimentos de informação tecnológica, não assentando somente em problemas tradicionais de contabilidade, de modo a assegurar o desenvolvimento no futuro da empresa.

Numa perspetiva futura, o contabilista deverá desenvolver competências interpessoais e de comunicação, sendo capaz de interpretar e explicar todo o processo de prestação de contas, de forma a comunicar às partes interessadas uma informação útil e adequada à tomada de decisão, (Sangstera, 2022).

Segundo McPhaila (2022), devemos ter em consideração quem são as partes interessadas na informação financeira e quais as suas perspetivas uma vez que existe contradição entre autores. Uns afirmam que é moralmente errado para os gerentes de uma sociedade não

terem como objetivo principal os interesses dos acionistas, uma vez que são quem suporta o maior risco de negócio. No entanto, existem outros autores que defendem que se deve ter uma gestão estratégica, não pensando só nos acionistas, mas no conjunto mais amplo das partes interessadas na informação financeira, tendo por base a responsabilidade social e das empresas, através da Teoria dos *Stakeholders* e a responsabilidade ética de uma organização.



## **2. ENTIDADE DE ACOLHIMENTO**

A entidade de acolhimento do estágio curricular do mestrando foi a empresa MotaLopes – Serviços de Contabilidade Lda., Lda., que já se encontra em atividade desde 1988. Esta, tem como atividade principal, a prestação de serviços de contabilidade, fiscalidade e consultoria financeira. No ano da realização do estágio, a empresa empregava oito colaboradores, com tarefas bem definidas, de modo a fornecer aos seus clientes um serviço de qualidade e rigor.



**Figura 2-** Logotipo da Empresa MotaLopes, Lda.

**Fonte:** Motalopes (2019)

No que diz respeito aos serviços prestados pela MotaLopes, estes podem ser realizados na totalidade no escritório situado na Trav. da Rua Pêro Vaz de Caminha, 15 - R/C Esq. 3030-433 Coimbra, Portugal, ou através de serviço externo, que variam de acordo com a dimensão e complexidade das empresas. Um dos exemplos do serviço externo é a Clínica de Montes Claros, Lda. (CMC), que devido à sua dimensão, os serviços prestados são realizados diretamente na sede do Cliente, e na qual foi direcionado todo o estágio curricular, que teve uma duração de novecentas e sessenta horas.

O serviço prestado na CMC., realizado pelo Dr. Paulo Mota Lopes, supervisor do estágio e sócio maioritário da Mota Lopes, Lda., tem como principal foco a prestação de serviços de contabilidade e fiscalidade. Devido à especificidade da área hospitalar e atendendo às características da empresa, existe um aconselhamento de gestão, através de reuniões periódicas. Deste modo, é avaliado todo o desempenho da empresa e evolução de negócio, com o objetivo de delinear perspetivas futuras, tendo em vista o crescimento empresarial.

### **2.1. Contexto organizacional – Clínica de Montes Claros, Lda.**

A origem da CMC, Lda. ocorreu na segunda metade do séc. XX, mais precisamente em 1952, assinalando um ponto importantíssimo na prestação de serviços de saúde na cidade de Coimbra. A criação da Clínica deveu-se à determinação e vontade de sete célebres médicos, que desde cedo conquistou a confiança e preferência dos seus utentes, afirmando-se desta forma como uma instituição de saúde privada de enorme prestígio.

Inicialmente, ao longo de mais de 50 anos, as suas instalações situavam-se na Rua Machado de Castro, onde colaboraram um conjunto de médicos de diversas especialidades médico-cirúrgicas. Atualmente, encontra-se localizada no Estádio de Coimbra, na Rua D. Manuel I, n.º 8, 3030-320 – Coimbra, fornecendo aos seus utentes umas instalações novas e modernas.



**Figura 3** - Logotipo Clínica de Montes Claros

**Fonte:** Clínica de Montes Claros (2019)

De modo a prosseguir com a consolidação do prestígio e confiança anteriormente alcançada, a CMC, preza os princípios éticos que chefiaram na sua criação, assegurando que “Tal como Ontem, trabalhamos diariamente para que a CLÍNICA DE MONTES CLAROS seja A Sua Clínica de Sempre!” (Pimentel, 2022).

Entre os anos de 2018 e 2019, a CMC, implementou um processo de mudança organizacional, tendo em conta o conceito fundamental da Excelência, baseando-se em:

- Criação de valor acrescentado para os Utentes/Doentes;
- Desenvolver a atividade com base em um futuro sustentável;
- Alargar a capacidade organizacional;
- Beneficiar do desenvolvimento e da inovação tecnológica;
- Liderar com visão, inspiração e integridade;
- Gestão flexível;
- Alcançar o sucesso através da aptidão dos trabalhadores;
- Firmar resultados notáveis.

O modelo organizacional da CMC tem em consideração os princípios gerais consagrados na prestação de cuidados de saúde. Desta forma, a cultura da unidade estabelece um conjunto de princípios sólidos aos seus trabalhadores, firmando o respeito absoluto por

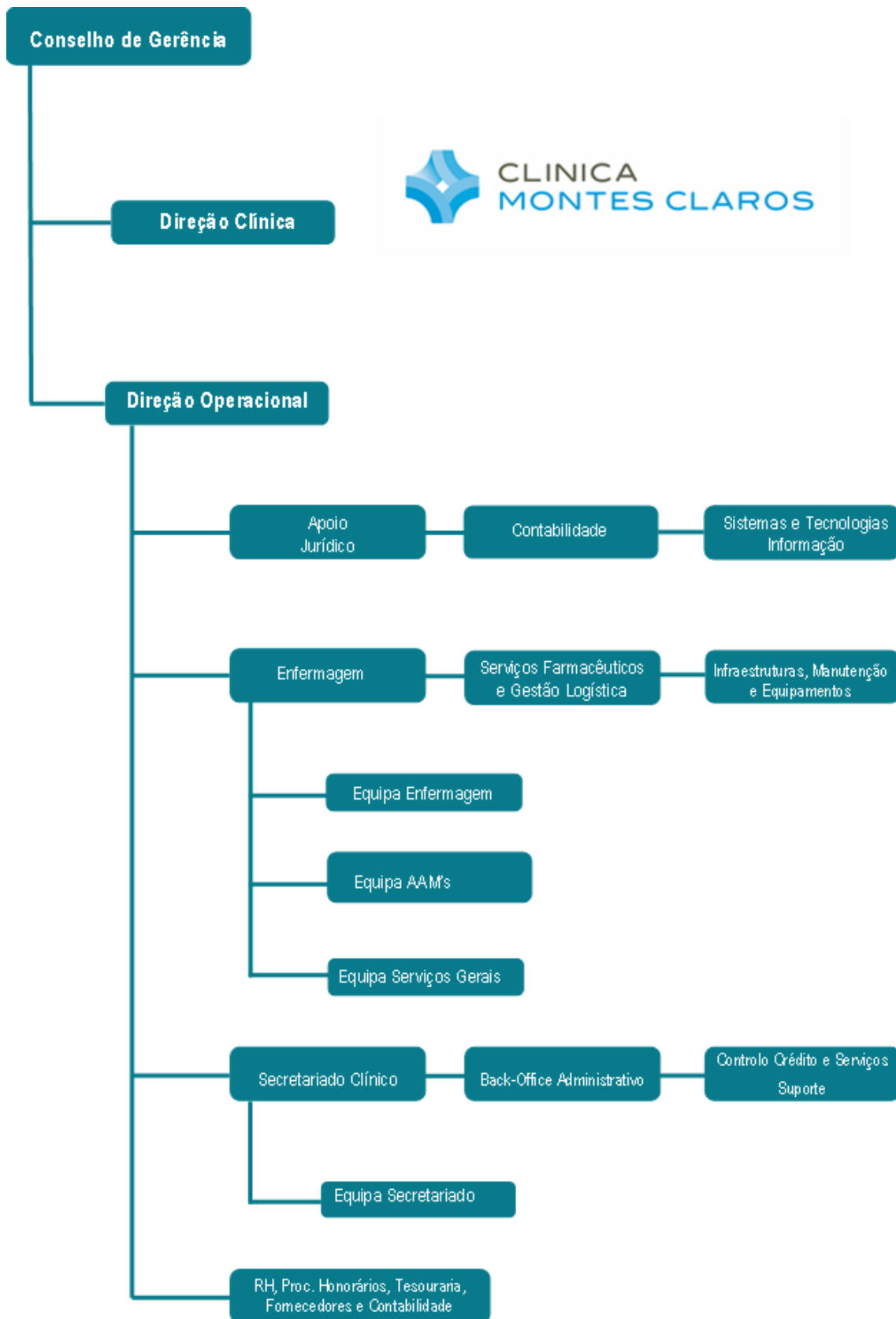
todos, na sua individualidade e características únicas, alcançando assim o forte espírito de equipa.

Utilizando a lógica do RADAR (Resultados, Abordagem, Desdobramento, Avaliação e Revisão), a CMC tem conseguido materializar um conjunto de necessidades essenciais ao seu desenvolvimento, como é o caso de,

- Apuramento dos Resultados esperados como parte da sua estratégia;
- Planeamento e desenvolvimento de abordagens consistentes para conseguir os resultados pretendidos, quer seja no presente ou no futuro;
- Sintetizar e simplificar as abordagens de forma planificada para garantir a sua implementação;
- Avaliação e redefinição das normas implementadas, através da supervisão e análise dos resultados obtidos.

A empresa iniciou um processo de implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) que fortalecerá os compromissos da liderança para com todos os seus colaboradores no que diz respeito à comunicação dos objetivos/estratégias da organização.

O Organograma Institucional encontra-se bem estruturado, tendo em conta, as funções representadas no mesmo, com as responsabilidades e poderes descritos no processo de RH da organização.



**Figura 4 - Organograma Clínica de Montes Claros**

**Fonte:** Pimentel (2020)

Os modelos de gestão são elevados, onde subsiste a disponibilidade e empenho dos líderes para desenvolvimento de um serviço e cultura de excelência, assentes na visão, missão e valores da empresa, no sentido de promover uma imagem de qualidade da organização junto dos *stakeholders* e da restante sociedade.

A CMC apresenta um Grupo de Gestão (Comissão de Gerência e Direção Operacional, Administrativa e Financeira) com experiência demonstrada na área da saúde e corpo clínico com qualidade e notoriedade.

A gestão de topo da organização apresenta liderança e compromisso com a implementação de um SGQ ao:

- Assegurar a responsabilização pelo bem funcionamento do SGQ;
- Certificar que a política e os objetivos da qualidade são instituídos para o SGQ e são conciliáveis com o contexto estratégico e organizacional;
- Garantir a inclusão dos requisitos do SGQ nos processos de negócio da empresa;
- Promover a aplicação da abordagem dos processos e da conceção baseado no risco;
- Garantir a disponibilização de todos os recursos indispensáveis para o SGQ;
- Transmitir a importância de uma gestão da qualidade eficiente;
- Certificar que o SGQ alcança os objetivos predefinidos;
- Responsabilizar, direcionar e apoiar os colaboradores para contribuírem para a eficiência do SGQ;
- Diligenciar a melhoria continua da organização;
- Apoiar outras funções de gestão importantes e apresentar a sua liderança, na mensuração extensível às respetivas áreas de responsabilidade.

Com tudo isto, o conjunto de colaboradores e prestadores da CMC acreditam na gestão de topo da organização em assegurar a satisfação do doente/cliente e que os objetivos a curto-médio prazo pré-definidos são alcançados.

## **2.2. Prestação de Serviços Clínicos**

A CMC desenvolve a sua atividade, desde 1952, no setor da prestação de serviços de saúde em Coimbra em sentido estrito, em Portugal em sentido lato, sendo ainda procurada por doentes/clientes estrangeiros.

A empresa oferece no seu conjunto aos seus utentes, especialidades médicas e cirúrgicas, meios complementares de diagnóstico e terapêutica, bloco operatório e exames especiais invasivos e internamento.

Dentro da organização, os utentes têm ao dispor quarenta valências clínicas a funcionar de forma integrada e agrega todas as especialidades médicas e cirúrgicas, organizadas em grupos de elevada e reconhecida competência.

Desta forma, as Áreas Clínicas são: Análises Clínicas, Anestesiologia; Angiologia e Cirurgia Vascular, Cardiologia, Cirurgia Geral, Cirurgia Maxilofacial, Cirurgia Pediátrica, Cirurgia Plástica Reconstructiva e Estética, Coloproctologia, Dermatologia, Endocrinologia, Estomatologia, Gastroenterologia, Ginecologia e Obstetrícia, Hematologia, Imagiologia, Medicina e Transplantação Capilar, Medicina da Dor, Medicina Dentária, Medicina Desportiva e do Exercício, Medicina do Viajante, Medicina Geral e Familiar, Medicina Interna, Neurocirurgia, Neurologia, Neuropsicologia, Oncologia Médica, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pneumologia, Psicologia, Psiquiatria, Reumatologia e Urologia.

No sentido de fornecer um serviço diferenciado, apresenta outras Especialidades, de modo a cativar um maior número de clientes como é o caso da: Massagem Medicinal, Nutrição Clínica, Pedicure Medicinal, Reabilitação Pós-Operatória e Terapia da Fala.

A CMC fornece um conjunto de Unidades Diferenciadas como é o caso do: Atendimento Médico Aberto, Centro de Litotricia Extracorpórea, CETRUC – Centro de Tratamento Urológico de Coimbra, HsO – Dermatologia Médico-Cirúrgica, PROCTOS – Centro de Coloproctologia de Coimbra, Unidade de Cardiologia Dr. Mariano Pego, Clínica da Mão – Serviços Médico-Cirúrgicos Diferenciados e Clínica Replace – Transplantes e Tratamentos Capilares,

No que diz respeito ao atendimento dos doentes/clientes, estes podem ser particulares ou titulares de um conjunto de seguros ou subsistemas públicos e privados de saúde. A CMC incrementa a concretização de parcerias estratégicas que facilitem o acesso das pessoas

aos cuidados de saúde prestados, como por exemplo os acordos estabelecidos com o Serviço Nacional de Saúde (SNS) para as áreas das Análises Clínicas, Exames de Gastroenterologia e Imagiologia. A prestação de cuidados tem início com a receção administrativa e acompanhamento diferenciado da cada doente/cliente.

A integração do modelo organizacional em 2019, teve um papel crucial para melhorar o desempenho global e contribuir para uma base mais sólida para iniciativas de desenvolvimento sustentável. Os benefícios latentes a esta implementação são:

- Assegurar o fornecimento de forma consistente dos serviços que satisfaçam tanto os requisitos dos doentes/clientes como os requisitos estatutários e regulamentares aplicados;
- Facilitar oportunidades para aumentar a satisfação do doente/cliente;
- Garantir o tratamento de riscos e oportunidades relacionadas com a conjuntura e objetivos estratégicos.

A abordagem por procedimentos, que assenta no pensamento baseado no risco, possibilita à organização garantir que todos os processos são providos de recursos apropriados e corretamente geridos e que as oportunidades de melhoria são determinadas e planeadas. Assim, é instruída a criação de valor e, com isso, a satisfação dos doentes/clientes, colaboradores, acionistas e entidades terceiras com que se colabora.

### **2.3. Softwares utilizados**

A CMC dispõe de soluções informáticas e *softwares* clínicos, que utilizam processos inovadores de Gestão e Controlo Hospitalar, nomeadamente, na área Operacional e Clínica, Financeira, Administrativa e Logística.

No que respeita à Gestão e Controlo Hospitalar, a empresa utiliza o *software* GHOSP, que é responsável pela:

1. **Gestão Clínica:** Confere à empresa a criação de uma agenda eletrónica de marcações de quem procura os seus serviços, criando fichas do doente e todo o processo clínico eletrónico.
2. **Função Administrativa:** Faturação dos atos médicos realizados, dos quais se englobam os convénios, avenças e pacotes fechados, em função dos protocolos estabelecidos;

3. **Aprovisionamento e Gestão de Stocks:** Responsável pela criação de notas de encomenda e gestão de stocks de produtos farmacêuticos e de economatos, de modo a apurar com exatidão a valorização do inventário.
4. **Sistema de Controlo Interno da entidade:** Confere o controlo e valorização dos atos clínicos e cirúrgicos realizados na empresa; controlo e parametrização de modo apurar os honorários médicos; Análise de custos de produção e estatísticas essenciais à gestão da unidade; Criação de mapas de caixa.

Relativamente ao *software* ERP (*Enterprise Resource Planning*) a CMC utiliza o *CentralGest*, que é essencial na automatização dos processos contabilísticos. Para isso, o *software* apresenta um conjunto de módulos interligados entre si, de modo a centralizar a informação num só sistema e obter informação a tempo real, como é o caso do módulo de contabilidade, RH e de ativos.

O **módulo de contabilidade** é caracterizado por um conjunto de ferramentas responsável por toda área ligada ao registo de lançamentos contabilísticos, desde a criação de diários, plano de contas, apuramento de resultados e criação de demonstrações financeiras. As principais funcionalidades deste módulo são o arquivo digital de documentos, conciliação bancária, lançamento e conciliação das compras através da ligação ao e-Fatura, lançamento automático das vendas através da importação do saf-t PT, preenchimento automático de declarações fiscais, criação de mapas de *reporting* financeiro, exportação de extratos de contas e balancetes.

No que diz ao **módulo de RH** é responsável por processos ligados à gestão de pessoal, através da criação da ficha do funcionário, marcação de eventos relacionados com cada funcionário, processamento salarial e desenvolvimento de declarações legais e fiscais exigidas. Neste sentido, as funções mais relevantes são a integração do processamento salarial no módulo de contabilidade, análise e integração por centro de custos, controlo de cadastro dos funcionários com identificação das várias alterações ao longo do tempo, preenchimento do relatório único, Modelo 10, envio de recibos, declaração da Taxa Social Única (TSU) para a SS, Declaração Mensal de Renumeração (DMR) da AT, processamento de Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), criação de mapas para seguradoras e sindicatos.

Relativamente ao **módulo de ativos**, o *Centralgest* proporciona um conjunto de funcionalidades que permitem automatizar as tarefas relacionadas com o imobilizado da

empresa. Desta forma, possibilita a gestão dos ativos, quer sejam adquiridos novos ou em estado de uso, processamento das depreciações/amortizações contabilísticas/fiscais, perdas por imparidade, revalorizações, reversões, alienações e abates, criação de mapas legais e fiscais, observação das operações históricas de cada bem e interligação com a módulo de contabilidade, permitindo uma facilidade de consulta das operações e obtenção de análises globais pormenorizadas.

## **2.4. Clientes e Mercado**

A CMC oferece uma condição singular de bem-estar a todos os que a visitam e os seus profissionais de saúde adotam, com rigor, a execução dos princípios éticos e de consideração por todos os que a selecionam e que confiam a sua saúde.

É importante salientar que um dos compromissos da liderança é o foco no doente/cliente ao certificar que:

- Todos as condições dos doentes/clientes como as exigências regulamentares e estatutárias aplicáveis são definidos, entendidos e realizados de forma consistente;
- Todos os riscos e as oportunidades que podem influenciar o funcionamento dos serviços e a capacidade para aumentar a satisfação do doente/cliente são definidos e analisados;
- O objetivo final da satisfação do doente/cliente é mantido.

A empresa está ciente que o número de consultas marcadas por iniciativa própria e o volume de cuidados de saúde é diretamente proporcional ao número de redes/parceiros com quem estabelece parcerias. Neste sentido, atendem-se doentes/clientes particulares e titulares de seguros ou subsistemas públicos e privados de saúde, para além do leque de convenções com o SNS.

A empresa detém a capacidade para fazer face a alterações contextuais ao avaliar, a eficácia das estratégias de comunicação externa, promoção e *marketing* que a aproximam do público-alvo no seu mercado geográfico, conjugado com a relação de qualidade/preço justa e competitiva.

Na CMC, existe um conjunto de entidades que atuam dentro da mesma organização física, que possuem acordos e convenções próprias (com Seguradoras e SNS) e a faturação é

emitida de forma individual, sendo volume de negócios total gerado no estabelecimento ainda superior ao totalizado pela empresa.

## **2.5. Fornecedores**

No que diz respeito aos fornecedores, a CMC para todos os seus fornecedores, internos e externos, determina quais as suas exigências para os produtos e/ou serviços envolvidos e institui um conjunto de exigências para aceitação dos mesmos. Assegura, desta forma, a supervisão e apreciação de quaisquer fornecedores com objetividade e transparência, tomando desta forma decisões com base em dados concretos e examina as oportunidades de melhoria que permitam desenvolver ações apropriadas em benefício de todos.

Desta forma, os fornecedores da empresa, encontram-se subdivididos em quatro áreas, sendo elas, a prestação de cuidados de saúde, a formação profissional, o setor financeiro e por último a instrumentação hospitalar, aprovisionamento e serviços farmacêuticos.

Relativamente à primeira área, encontram-se todos os prestadores de cuidados de saúde das variadas especialidades e análises clínicas, dos quais se destacam, CETRUC – Centro de Tratamento Urológico de Coimbra, HsO – Dermatologia Médico-Cirúrgica, PROCTOS – Centro de Coloproctologia de Coimbra, Unidade de Cardiologia Dr. Mariano Pego, Clínica da Mão – Serviços Médico-Cirúrgicos Diferenciados, Clínica Replace – Transplantes e Tratamentos Capilares, Laboratório de Análises Clínicas Uália by Germano de Sousa e Lifefocus.

Em relação à área da formação profissional, a CMC tem como foco principal a formação de pessoal especializado, dando oportunidade aos recém-formados, de fazerem parte do quadro de pessoal da organização. Fazendo parte destes fornecedores o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC), a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e Escola Básica e Secundária do Vale da Flores;

Para o sector financeiro, a empresa apresenta um conjunto de instituições bancárias, derivado das convenções e sistemas de saúde que engloba, sendo elas, a Caixa Geral de Depósitos (CGD), o Millennium BCP e Santander.

Por último, a área da instrumentação hospitalar, aprovisionamento e serviços farmacêuticos, engloba todos os fornecedores que sejam essenciais na prestação de cuidados de saúde, onde são incluídos os fármacos, próteses, dispositivos médicos e

equipamento médico/cirúrgico, destacando-se a Alcon, Medtronic, Stryker, Smith-Nephew, Artur Salgado, Bayer, Baxter, Korangi, B Braun, Johnson & Johnson, Labesfal, Medwings, entre outros.

Promove-se o trabalho executado pelos Laboratórios e Indústria Farmacêutica e de Dispositivos Médicos no relato de informação, possibilitando e incentivando que os profissionais representantes destas entidades desenvolvam e apoiem iniciativas científicas nas instalações da Clínica (especialmente patrocinando reuniões temáticas aplicadas a profissionais de saúde).

## **2.6. Concorrentes**

Compreende-se por concorrentes as entidades que prestem serviços equivalentes. Assim, pode afirmar-se que a CMC se encontra numa posição favorável, dado o corpo clínico atual, atendimento/acolhimento distinto e próximo com o Doente/Cliente, pela centralidade e facilidade de acesso, pelas condições de infraestruturas e pela pequena/média dimensão da sua estrutura física.

O mercado geográfico onde atua é essencialmente a nível local/regional, mas também nacional, sendo que se equilibram ambos os mercados no volume de negócios da empresa. Desta forma, os principais concorrentes são a Sanfil, o Hospital da Luz, a Companhia União Fabril (CUF) e o Centro Cirúrgico.

Nos últimos anos, a empresa apresentou uma renovação nos serviços prestados, ao captar novas equipas clínicas, interligado com investimentos em equipamentos de inovação tecnológica à experiência e distinção das equipas médicas. A unidade assume a importância de um setor da saúde competitivo e dinâmico, pois fomenta e reforça a sua posição de melhoria contínua.

É de salientar que a prestação de serviços de saúde, globalmente considerada, constitui um setor de atividade multifacetado e multidisciplinar, que engloba um largo e heterogéneo conjunto de serviços, tais como, cuidados médicos e de enfermagem, e as técnicas de diagnóstico e de terapêutica, entre outros, que visam atingir objetivos pretendidos.

## **2.7. Colaboradores**

A CMC tem conhecimento que a organização deve determinar e reunir as pessoas essenciais para a implementação eficaz e controlo dos seus procedimentos. Ao deliberar na integração do SGQ, apostou na reestruturação do processo dos RH, de modo a apurar as capacidades necessárias dos colaboradores que sob o seu controlo efetuam tarefas que afetam diretamente o desempenho e a eficiência da empresa.

Atualmente a organização conta com um universo de 31 colaboradores permanentes, 2 colaboradores em regime de estágio profissional, 14 colaboradores permanentes nas Entidades Parceiras e o corpo clínico é constituído por mais de 90 médicos das diferentes especialidades e 22 outros profissionais de saúde (enfermeiros, psicólogos, terapeutas, nutricionistas,..), cuja seleção assenta na distinção profissional e humana, assumindo a qualidade dos serviços prestados aos doentes/clientes como o seu fundamental pilar de atividade.

A equipa de RH da CMC é constituída por colaboradores com experiências profissionais anteriores relevantes para o desenvolvimento da organização e qualidade do corpo clínico. Do universo de colaboradores, cerca de 80% das pessoas ao serviço têm formação superior (grau de bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento) e entende-se que as competências dos colaboradores se encontram adequadas às funções. Reconhece-se uma equipa unida, empenhada e adequada ao volume de produção atual.

Simultaneamente, e através das parcerias estabelecidas, a CMC acolheu 5 estágios profissionais (3 na área de secretariado clínico, 1 na área de auxiliar de ação médica e 1 na área da contabilidade e RH) ao abrigo de protocolo com IEFP e 8 estágios curriculares (1 na área de secretariado de administração e 7 na área de auxiliar de ação médica). Dos estágios profissionais terminados, 2 colaboradores integraram os quadros da empresa, o que representa uma taxa de 100% de sucesso na integração nos valores e objetivos do projeto.

Com as novas reformulações do contexto organizacional da empresa, estiveram a ser desenvolvidos sistemas de responsabilização dos colaboradores e incentivo ao trabalho em equipa, estimulando desta forma reuniões multidisciplinares entre os mesmos, com o intuito de resolução de problemas que surgem no desenvolvimento das atividades diárias.

O conhecimento produzido pela empresa é transmitido através de reuniões conjuntas com a Gestão de Topo e através do desenvolvimento de normas, instruções de trabalho e modelos internos.

Desta forma, a empresa está diretamente envolvida na transmissão e fomento dos seus valores, quer na avaliação quer na retribuição do desempenho, executando uma gestão ponderada, desafiando desta forma, o percurso profissional de cada um, assente numa cultura de responsabilização, excelência, rigor e concretização da partilha de conhecimentos e trabalho em equipa.



### **3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS AO LONGO DO ESTÁGIO**

Ao longo deste capítulo serão abordadas e cateterizadas as várias atividades desenvolvidas pelo mestrando ao longo do estágio curricular, que serão desenvolvidas nos próximos subcapítulos. No processo inicial, o mestrando começou por conhecer os colaboradores da empresa e o modelo organizacional e funcional da empresa, de modo a ter uma perceção das normas, instruções de trabalho e modelos aplicáveis em desenvolvimento na Empresa, no âmbito do SGQ em curso.

Posteriormente ao um conhecimento geral do funcionamento da empresa, foram apresentas ao mestrando um conjunto funções e objetivos que deveriam ser atingidos ao logo da realização do estágio, de modo a adquirir um conjunto de competências técnico-profissionais e sócio relacionais, tais como:

1. Conhecimento dos diferentes *softwares* em utilização, como suporte às atividades de controlo de tesouraria, faturação, controlo de contas correntes – clientes e fornecedores, processamento salarial, controlo de assiduidade, lançamentos de movimentos contabilísticos e *report* de informação oficial às instituições públicas (SS, AT e IEFPP);
2. Monitorização e execução dos lançamentos contabilísticos realizados, esclarecimento de dúvidas relativas à contabilização de documentos e transmissão de conhecimento operacional de todas as obrigações legais e de *report*;
3. Definição do processo de integração de faturação na Contabilidade;
4. Monitorização do relacionamento interfuncional que tem de operacionalizar com as restantes áreas da Empresa – corpo clínico, equipa de enfermagem e auxiliares, *back-office* administrativo (Faturação, Termos de Responsabilidade de Seguradores e Faturação de Internamentos), aprovisionamento e logística e manutenção;
5. Cumprimento das obrigações contabilísticas e fiscais, nomeadamente, arquivo de documentos, classificação, lançamentos contabilísticos e envio das declarações fiscais obrigatórias;
6. Análise de balancetes e extratos da empresa, identificar desvios a nível dos gastos e receitas;
7. Análise e identificação de possíveis desvios ao nível da gestão de ativos;
8. Análise das DF da empresa, nomeadamente análises de DR e balanços;

9. Levantamento e identificação das necessidades ao nível da organização empresarial da clínica;
10. Elaboração e sugestão de métodos de gestão que possibilitem uma melhor rentabilidade dos recursos e das necessidades da empresa;
11. Análise da rentabilidade da empresa;
12. Identificação e sugestão de novos métodos de gestão quer ao nível da rentabilidade do trabalho dos RH, quer ao nível da poupança económica para a empresa;
13. Desenvolvimento da capacidade de planificar, organizar e coordenar a execução da contabilidade, preparar informação devidamente tratada para a tomada de decisões;
14. Capacitação para tomar parte da decisão ao nível do relato financeiro e da decisão económico-financeira.

Após conhecimento dos objetivos a atingir ao longo do estágio, foram apresentadas um conjunto de alterações de controlo interno que deveriam ser colocadas em prática, uma vez que a Direção Operacional da empresa foi substituída, e existiam um conjunto de lacunas no sistema de controlo interno da empresa, nomeadamente:

- Criação de Fechos de caixas individuais para as técnicas de secretariado, retirado diretamente do programa de faturação;
- Parametrização do processo de integração do saf-t da faturação no *CentralGest*, possibilitando a criação de contas de clientes individuais e uma análise mais eficaz dos valores em dívida;
- Parametrização de Sistema de Gestão de Ativos, de modo a utilizar o módulo de gestão de ativos existente do *software* ERP da empresa;
- Implementação de regime do acréscimo, através da criação de mapas mensais de atividade realizada pelos prestadores de serviços (quer sejam mapas de gastos dos serviços de enfermagem a Recibos Verdes, Atendimento Médico Aberto, Ambulatório e Cirúrgico), de modo a serem contabilizados no mês em que ocorreram.

Ao longo do estágio curricular, todas as funções realizadas pelo mestrando são orientadas, supervisionadas e validadas pelo supervisor Dr. Paulo Mota Lopes e pela Diretora Operacional Dra. Catarina Seiça da CMC.

### **3.1. Principais Responsabilidades/Autoridades da Função**

Durante a realização do estágio curricular, o mestrando teve a oportunidade de participar na implementação do sistema de gestão gerido pela Direção Operacional, de modo a controlar e a monitorizar as evoluções dos indicadores das áreas de negócio. Além disso, pode colaborar no *reporting* mensal da Exploração, consolidando as diferentes áreas face aos principais indicadores de *performance* a nível operacional e de rentabilidade, de modo a consolidar a informação necessária para a tomada de decisão.

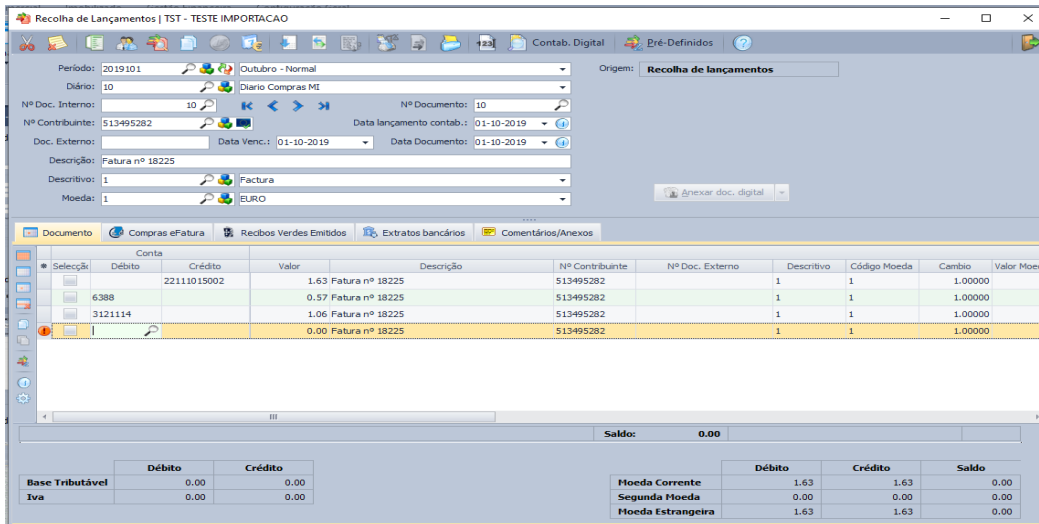
Ao longo do estágio, o mestrando teve como objetivo produzir informação de gestão analisando e elaborando informação e relatórios de atividade, de modo a contribuir para o acompanhamento da atividade.

No final do estágio, o mestrando deve adquirir competências necessárias para participar na definição e operacionalização dos processos de Certificação, Acreditação e Avaliação da Unidade, elaborando normas, procedimentos e instruções de trabalho, diligenciando o seu cumprimento.

#### **3.1.1. No âmbito da Contabilidade**

Num processo inicial do estágio curricular, o mestrando foi direcionado para o processo de receção documental e organização dos documentos contabilísticos, que se caracteriza por um conjunto de práticas essenciais na execução do procedimento interno de conferência, classificação e contabilização de documentos contabilísticos. No processo de organização, conferência e contabilização de compras da empresa, foi implementado pelo mestrando a digitalização da respetiva fatura, e carregada no arquivo digital, de modo a facilitar a sua visualização e envio para o departamento farmacêutico/logística.

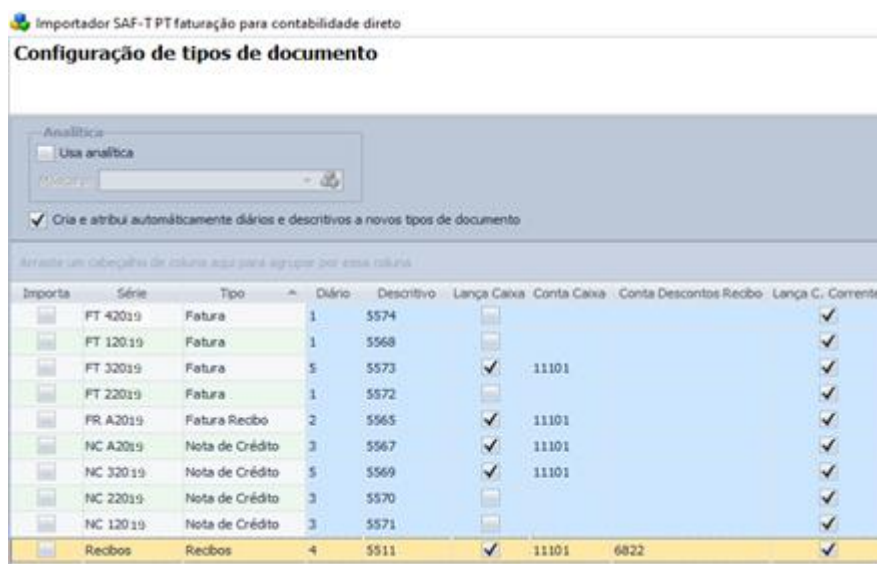
## A Importância da Obrigação do Relatório de Gestão e Apresentação de Contas Instrumentos de Tomada de Decisão



**Figura 5 - Lançamento Contabilístico no *CentralGest***

**Fonte:** Elaboração Própria

Após contacto geral com o módulo de contabilidade, o mestrando teve a oportunidade de efetuar uma formação administrada pela *CentralGest*, relativa à integração do saf-t da faturação. Esta formação foi essencial para a empresa integrar as várias séries de faturação de acordo com os objetivos pretendidos de análise das respetivas áreas de negócio. Neste sentido, identificaram-se as tipologias de documentos a estarem disponíveis para utilização no GHOSP para Clientes:



**Figura 6 - Importação de Saf-t da Faturação no *CentralGest***

**Fonte:** Elaboração Própria

1. Fatura/Recibo FT A12019/XX – destinada a Clientes Particulares que deverá ser utilizada exclusivamente pelo secretariado clínico de *front-office*. Poderá ser utilizada para atendimentos de ambulatório e/ou Internamento e Cirurgia;
2. Fatura Série 12019/XX e 42019/XX – destinada a Clientes Institucionais e Clientes Particulares que não regularizem de imediato o pagamento dos serviços que lhe foram prestados, que poderá ser utilizada pelo secretariado clínico de *front-office* e pelos serviços de *back-office* de faturação. Poderá ser utilizada para atendimentos de ambulatório e/ou Internamento e Cirurgia;
3. Fatura Série 22019/XX – destinada ao Cliente Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P. que obedece a regras de faturação específicas, que poderá ser utilizada pelos serviços de *back-office* de faturação. Poderá ser utilizada para atendimentos de ambulatório e/ou Internamento e Cirurgia;
4. Nota de Crédito A NC A12019/XX- destinada a Clientes Particulares e para efetuar alguma faturação incorreta em valor do ato faturado, que poderá ser utilizada pelo secretariado clínico de *front-office* e pelos serviços de *back-office* de faturação;
5. Nota de Crédito Série 12019/XX, 42019/XX - destinada a Clientes Institucionais e Clientes Particulares e para efetuar alguma faturação incorreta na quantidade de atos e artigos, que poderá ser utilizada pelo secretariado clínico de *front-office* e pelos serviços de *back-office* de faturação e que terá necessariamente de movimentar stocks;
6. Nota de Crédito Série 22019/XX - destinada ao Cliente Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P. e para efetuar alguma faturação incorreta na quantidade de atos e artigos, que poderá ser utilizada pelos serviços de *back-office* de faturação e que terá necessariamente de movimentar stocks;Recibo –
7. destinado a proceder à liquidação de créditos titulados por Faturas de todas as séries, que poderá ser utilizada pelo secretariado clínico de *front-office* e pelos serviços de *back-office* de faturação. Deverá ter disponíveis os seguintes meios financeiros para ser corretamente indicada a forma de pagamento: Numerário, Terminal de Pagamento Automático (TPA) (listando os bancos existentes), Cheque (disponibilizando local para inserir nº e banco do cheque) e outros (a utilizar nos casos de encontro de contas entre Cliente e Fornecedor);

## A Importância da Obrigação do Relatório de Gestão e Apresentação de Contas Instrumentos de Tomada de Decisão

8. Fatura de Adiantamento FT 32019/XX - destinada a Clientes Particulares que deverá ser utilizada exclusivamente pelo secretariado clínico de *front-office* e servirá para faturar os adiantamentos por conta de serviços prestados;
9. Nota de Crédito ao Adiantamento NC 32019/XX - destinada a Clientes Particulares que deverá ser utilizada exclusivamente pelo secretariado clínico de *front-office* e servirá para creditar pela totalidade a fatura do adiantamento por conta de serviços prestados realizada e ficar disponível na conta final do Cliente como regularização parcial do valor em dívida.

Seguidamente ao processo de integração do saf-t da faturação, o mestrando tinha como função a conciliação de contas de clientes e fornecedores. No que diz respeito à conciliação de contas de cliente, o mestrando identificava saldos contabilísticos contranatura (contas de Cliente com saldo credor), e procedia à retificação do saldo, que poderia advir de um erro de importação ou derivado de um pagamento do cliente por excesso de estimativa.

Relativamente à conciliação de contas de fornecedores, o mestrando implementou na empresa o processo de validação pelo e-fatura de todas as compras realizadas. Este procedimento, é realizado a partir do dia 12 de cada mês, em que é possível verificar quais os documentos não rececionados pela empresa, os documentos lançados em duplicado e os documentos que se encontram lançados e que coincidem com os dados presentes no e-fatura. Este procedimento auxiliou bastante no processo de encerramento de períodos mensais, uma vez que possibilita a empresa a ter uma maior perceção dos custos não lançados e das faturas em trânsito e, posteriormente, efetuar pedidos de segundas vias de faturas, para proceder à análise da rentabilidade mensal.

NIF	Nome	NP Doc. Externo	Data Emissão	Valor Total	Valor Iva	Base Tributável	Tipo	Informação
501392696	Centro de Medicina Laboratorial Germano de Sousa-C...	F UAL2019A/00000...	31-10-2019	23,92	0,00	23,92	Fatura	Com um documento possível
501392696	Centro de Medicina Laboratorial Germano de Sousa-C...	F UAL2019A/00000...	31-10-2019	56,24	0,00	56,24	Fatura	Com um documento possível
501392696	Centro de Medicina Laboratorial Germano de Sousa-C...	F UAL2019A/00000...	31-10-2019	44,93	0,00	44,93	Fatura	Com um documento possível
501392696	Centro de Medicina Laboratorial Germano de Sousa-C...	F UAL2019A/00000...	31-10-2019	370,30	0,00	370,30	Fatura	Com um documento possível
501392696	Centro de Medicina Laboratorial Germano de Sousa-C...	F UAL2019A/00000...	31-10-2019	44,92	0,00	44,92	Fatura	Com um documento possível
503281115	Clínifex Produtos Clínicos e Farmacêuticos Sa	FT 2019A.1/26254	31-10-2019	258,30	48,30	210,00	Fatura	Com um documento possível
500265344	Linde Portugal, Lda	IGLI 1/0001807948	31-10-2019	576,60	107,82	468,78	Fatura	Com um documento possível
510814948	Medivings S A	FT 1/2342	31-10-2019	5.088,00	288,00	4.800,00	Fatura	Com um documento possível
501968377	Motapeles - Serviços de Contabilidade Lda	FT 2019A.1/1200	31-10-2019	707,25	132,25	575,00	Fatura	Com um documento possível
503552461	Smith & Nephew Lda	F2 1/0935146425	31-10-2019	304,22	17,22	287,00	Fatura	Com um documento possível
501932982	Centraquest - Produção de Software Sa	11 01/06947	01-10-2019	43,03	9,05	33,98	Fatura	Sem documentos possíveis
500077568	CH - Correios de Portugal S A	PR_CTT2019R8810...	01-10-2019	2,25	0,00	2,25	Fatura-recibo	Sem documentos possíveis
835895968	Desfrutavento - Lda	FAC 1/07921	01-10-2019	1.499,28	269,28	1.160,00	Fatura	Sem documentos possíveis
5060121508	Fitas e Têxteis Gonçalves Lda	2 04/12252	01-10-2019	14,13	2,64	11,49	Fatura	Sem documentos possíveis
504314780	Frutabarada - Comercio de Fruta e Legumes Lda	90 3/201901826	01-10-2019	29,44	1,67	27,77	Fatura	Sem documentos possíveis
720000130	Fundo de Investimento Imobiliário Alberto Inonegocio...	FAC 19/1341	01-10-2019	20.230,00	0,00	20.230,00	Fatura	Sem documentos possíveis
504633302	Grubocom, S.A.	FC AFIC0011327	01-10-2019	286,41	49,95	236,46	Fatura	Sem documentos possíveis
809666644	I D.R.S. - Paredões - Lda	111008804	01-10-2019	10,84	0,61	10,23	Nota de crédito	Sem documentos possíveis

Figura 7 - Conciliação E-Fatura no CentralGest

Fonte: Elaboração Própria

## A Importância da Obrigação do Relatório de Gestão e Apresentação de Contas Instrumentos de Tomada de Decisão

Continuamente ao processo de integração e conciliação de faturação de contas de fornecedores, o mestrando identificou no *Software* de contabilidade a possibilidade de exportação da rentabilidade mensal, de modo a apurar desvios nas diversas rúbricas. Após a exportação, existiu a criação de um mapa em formato Excel, com a análise comparativa entre os dois anos de atividade, com a identificação do respetivo desvio. De seguida, no caso de se tratar de um desvio materialmente relevante o mestrando em colaboração com o Contabilista Certificado (CC) e a diretora operacional, identificavam as razões para o desvio, que podiam advir de diversos acontecimentos, aumento/diminuição de atividade cirúrgica ou ambulatória, problemas com a infraestruturas com necessidade de intervenção de técnicos externos e aquisição de materiais.

CLÍNICA DE MONTES CLAROS Resumo							
Conta	Total 2019	% VN2019	Total 2018	% VN2018	Δ Valor 19/18	Δ %	
31211114 - Produtos Farmaceuticos	398 233,43 €	19,17%	378 993,11 €	20,51%	19 240,32 €	5,08%	
3121114 - Compras Alimentação	9 334,12 €	0,45%	8 961,77 €	0,49%	372,35 €	4,15%	
3172101 - Produtos Farmaceuticos	- 6 663,06 €	-0,32%	- 2 178,45 €	-0,12%	- 4 484,61 €	205,86%	
3172102 - Produtos de hotelaria	- 96,17 €	0,00%	- 88,08 €	0,00%	- 8,09 €	- 9,18%	
3841 - Regularizações Produtos Acabados	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	- €	
622111 - Trabalhos Especializados - Contabilidade	6 365,25 €	0,31%	6 365,25 €	0,34%	- €	0,00%	
622112 - Trabalhos Especializados - Consultoria	5 535,00 €	0,27%	9 225,00 €	0,50%	- 3 690,00 €	-40,00%	
622114 - Trabalhos Especializados - Assistência Técnica	10 843,15 €	0,52%	9 461,70 €	0,51%	1 381,45 €	14,60%	
622115 - Trabalhos Especializados - Laboratórios	26 093,27 €	1,26%	26 740,08 €	1,45%	- 646,81 €	-2,42%	
622116 - Trabalhos Especializados - Outros	- €	0,00%	1,00 €	0,00%	- 1,00 €	-100,00%	
622117 - Trabalhos Especializados - Médicos de Especialidade	- €	25,70%	- €	23,71%	96 978,63 €	22,148%	
622118 - Trabalhos Especializados - Médicos de Especialidade	- €	0,00%	804,25 €	-0,04%	- 804,25 €	-100,00%	
622214 - Publicidade e Propaganda - MN - c/ IVA Não Dedutível	2 046,72 €	0,10%	643,29 €	0,03%	1 403,43 €	218,16%	
6224110 - Honorários - s/ Retenção- Isento IVA	49 205,55 €	2,37%	56 185,21 €	3,04%	- 6 979,66 €	-12,42%	
6224130 - Honorários Médicos - s/ Retenção- Isento IVA	154 726,57 €	7,45%	121 494,63 €	6,58%	33 231,94 €	27,35%	
6224140 - Honorários Outros - s/ Retenção- Isento IVA	140,00 €	0,01%	1 538,00 €	0,08%	- 1 398,00 €	-99,90%	
622614 - Conserv. e Reparação- MN - c/ IVA Não Dedutível	6 262,13 €	0,30%	8 860,08 €	0,47%	- 2 597,95 €	-27,59%	
62282 - Serviços Bancários - Leasing	168,48 €	0,01%	239,67 €	0,01%	- 71,19 €	-29,70%	
62284 - Serviços Bancários - c/ IVA Não Dedutível	5 649,72 €	0,27%	4 774,73 €	0,26%	874,99 €	18,33%	
623114 - Ferramentas e Utensílios - MN - c/ IVA Não Dedutível	1 865,40 €	0,09%	2 128,16 €	0,12%	- 262,76 €	-12,35%	
623314 - Material de Escritório - MN - c/ IVA Não Dedutível	4 063,69 €	0,20%	4 860,63 €	0,26%	- 796,94 €	-16,40%	
62414 - Electricidade - MN - c/ IVA Não Dedutível	74 535,54 €	3,59%	45 549,17 €	2,47%	28 986,37 €	63,64%	
624215 - Gasolina - MN - Valor Tributável- IVA Não Dedutível	809,57 €	0,04%	426,22 €	0,02%	383,35 €	90,39%	
624216 - Gásóleo - Valor do IVA não Dedutível	265,05 €	0,01%	25,02 €	0,00%	240,03 €	959,35%	
6242121 - Gás - IVA Não Dedutível	20 064,64 €	0,97%	13 842,61 €	0,75%	6 222,03 €	44,95%	
62434 - Água - MN - c/ IVA Não Dedutível	5 563,94 €	0,27%	9 513,05 €	0,51%	- 3 949,11 €	-41,51%	
625114 - Deslocações e Estadas- MN- c/ IVA Não Dedutível	221,90 €	0,01%	238,30 €	0,01%	- 16,40 €	-6,88%	
6261201 - Aluguer de Equipamentos	59 327,66 €	2,86%	49 098,14 €	2,66%	10 229,52 €	20,83%	
626131 - FSE - Rendas e Alugueres - Outras - Edifícios	201 138,21 €	9,68%	200 277,00 €	10,84%	861,21 €	0,43%	
62624 - Comunicação- MN- c/ IVA Não Dedutível	5 771,44 €	0,28%	5 123,16 €	0,28%	648,28 €	12,65%	
62634 - Seguros - de Leasing Equipamento n.º 0000 0000 02	337,20 €	0,02%	35,88 €	0,00%	301,32 €	839,80%	
626361 - Seguros - Viat.Lig.Passageiros/Mistos-Suj.Trib.Aut	209,80 €	0,01%	207,66 €	0,01%	2,14 €	1,03%	
6263801 - Seg. Responsab. Civil	5 743,57 €	0,28%	3 610,91 €	0,20%	2 132,66 €	59,06%	
626510 - Contencioso e Notariado- s/ Retenção- NIF nº xxxxx	- €	0,00%	170,00 €	0,01%	- 170,00 €	-100,00%	
62664 - Despesas de Representação- c/ IVA Não Dedutível	5 974,00 €	0,29%	- €	0,00%	5 974,00 €	- €	
626714 - Limpeza, Higiene e Conforto- MN- c/ IVA Não Dedutível	31 938,69 €	1,54%	25 980,12 €	1,41%	5 958,57 €	22,94%	
626815 - Condomínio	22 108,05 €	1,06%	22 108,05 €	1,20%	0,00 €	0,00%	
62682 - Portagens e Parques de Estacionamento	19,85 €	0,00%	1,10 €	0,00%	18,75 €	1704,55%	
632111 - Remunerações - Salários	274 605,41 €	13,22%	263 263,98 €	14,25%	11 341,43 €	4,31%	
63212 - Remunerações - Subsídio de Férias	33 795,61 €	1,63%	34 387,88 €	1,86%	- 592,27 €	-1,72%	
63213 - Subsídio de Natal	2 617,57 €	0,13%	1 638,02 €	0,09%	979,55 €	59,80%	
63214 - Subsídio de Refeição	31 583,99 €	1,53%	32 007,17 €	1,73%	- 423,18 €	-1,32%	
63217 - Subsídio Nocturno	14 025,64 €	0,68%	12 389,04 €	0,67%	1 636,60 €	13,21%	
63219 - Férias Não Gozadas	3 281,05 €	0,16%	3 116,63 €	0,17%	164,42 €	5,28%	
63221 - Salários	390,00 €	0,02%	394,33 €	0,02%	- 4,33 €	-1,10%	
63229 - Outros (Feriados)	166,24 €	0,01%	1 360,87 €	0,07%	- 1 194,63 €	-87,78%	
634 - Indemnizações	1 456,00 €	0,07%	266,00 €	0,01%	1 190,00 €	447,37%	
6351 - Encargos e Remunerações	75 800,48 €	3,65%	73 442,90 €	3,97%	2 357,58 €	3,21%	
6357 - Encargos Sobre remunerações - FGCT	148,21 €	0,01%	135,10 €	0,01%	13,11 €	9,70%	
636 - Seguros de acidentes no trabalho e doenças	5 222,55 €	0,25%	5 562,54 €	0,30%	- 339,99 €	-6,11%	
6384 - Medicina do Trabalho	- €	0,00%	1 615,00 €	0,09%	- 1 615,00 €	-100,00%	
6386 - Out. Custos C/Pessoal - Outros S/Incidência IVA	- €	0,00%	2 539,03 €	0,14%	- 2 539,03 €	-100,00%	
6388 - Alimentação pessoal	3 687,75 €	0,18%	3 460,05 €	0,19%	227,70 €	6,58%	
6389 - Higiene e Segurança no Trabalho	431,34 €	0,02%	- €	0,00%	431,34 €	- €	
6422 - Edifícios e outras construções	3 377,79 €	0,16%	3 377,79 €	0,18%	- €	0,00%	
6423 - Equipamento básico	36 251,03 €	1,75%	27 759,94 €	1,50%	8 491,09 €	30,59%	
6425 - Equipamento administrativo	4 330,84 €	0,21%	5 114,05 €	0,28%	- 783,21 €	-15,31%	
6427 - Outros Activos fixos tangíveis	6 858,18 €	0,33%	6 938,82 €	0,38%	- 80,64 €	-1,16%	
6433 - Ativos intangíveis	403,20 €	0,02%	403,20 €	0,02%	0,00 €	0,00%	
6511 - Perdas por Imparidade - Em Dívidas a Receber - Clientes	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	- €	
68112 - Impostos Directos - Outra Contrib. Autárquica	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	- €	
68122 - Impostos Indirectos - Imposto S/Valor Acrescentado	297,98 €	0,01%	143,27 €	0,01%	154,71 €	107,98%	
68127 - Impostos Indirectos - Taxas	80,00 €	0,00%	80,00 €	0,00%	- €	0,00%	
68128 - Impostos Indirectos - Outros Impostos Indirectos	36,96 €	0,00%	36,96 €	0,00%	- €	0,00%	
6813 - Taxas	2 449,79 €	0,12%	3 505,18 €	0,19%	- 1 055,39 €	-30,11%	
6822 - Desc.de Pronto Pag./Conced.-S/Regularização IVA	2 307,05 €	0,11%	929,27 €	0,05%	1 377,78 €	148,26%	
6858 - Outros gastos e perdas	0,58 €	0,00%	- €	0,00%	0,58 €	- €	
68812 - Correções Relativas A Exercícios Anteriores - Com Imp	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	- €	
68813 - Correções Relativas A Exercícios Anteriores - Isenta	- €	0,00%	748,91 €	0,04%	- 748,91 €	-100,00%	
6882 - Donativos	150,00 €	0,01%	554,44 €	0,03%	- 404,44 €	-72,95%	
6885 - Insuficiência da estimativa para impostos	106,72 €	0,01%	- €	0,00%	106,72 €	- €	
68884 - Outros não especificados	0,07 €	0,00%	- €	0,00%	0,07 €	- €	

**Figura 8 - Análise Rentabilidade**

Fonte: Elaboração Própria

Neste sentido, todos estes novos processos e consequentemente preparação dos mapas de análise de exploração mensal e suporte ao CC foram essenciais no processo de encerramento de contas e apuramento de resultados, uma vez que ao longo dos meses toda a informação era validada e identificada.

### 3.1.2. No âmbito da Tesouraria e Fornecedores

Relativamente às tarefas de tesouraria e fornecedores, o mestrando teve oportunidade de verificar e integrar todos os processos de entradas e saídas de valores monetários (recebimentos e pagamentos) e também no processo de negociação com fornecedores.

Inicialmente, no final de cada dia de atividade de Clínica, a técnica administrativa que encerrava a atividade de consultas e altas de internamento, tinha como função a preparação de um fecho de caixa único geral, e entregar ao departamento de tesouraria, de modo a verificar todas as entradas monetárias (faturas/recibos e recibos) e todas as saídas monetárias (notas de crédito de faturas/recibo). Este processo tornou-se ineficaz no processo de conferências, uma vez que o número de técnicas administrativas havia aumentado, derivado do volume de atividade.

Neste sentido, o mestrando em colaboração com a diretora operacional, iniciaram um processo de criação de fechos de caixa individuais, de modo a apurar facilmente, a existência de erros na faturação e entrega dos valores monetários e identificação dos intervenientes. Assim, foram criadas as seguintes regras de funcionamento:

1. Todos os Caixas, são diários e individuais;

**Mapa de Caixa Detalhado**

Clinica de Montes Claros Desde 09-10-2019  
Local geográfico: Clinica Até 09-10-2019

Doc. Numero	Paciente	Num. Atendimento	Entidade	Modo Pagamento	Valor
<b>009 - Sofia Nunes</b>					
<b>FACTURA / RECIBO</b>					
FT A2019/3110	Dora Baptista	001.9924.2019	Particular	Numerário	60.00 €
FT A2019/3111	Maria Lúcia	001.9923.2019	Particular	Numerário	70.00 €
FT A2019/3112	Irina Eriksson	001.9929.2019	Future Healthcare - Serviços de Saúde e At	Numerário	25.00 €
FT A2019/3113	Armando Pedro	001.9931.2019	Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Numerário	17.50 €
FT A2019/3114	Matias Taborda	001.9940.2019	Particular	Numerário	35.00 €
FT A2019/3115	RICARDO JAIME	001.9933.2019	AdvanceCare - Gestão Serviços de Saúde,	Numerário	20.00 €
FT A2019/3116	RICARDO JAIME	001.9942.2019	AdvanceCare - Gestão Serviços de Saúde,	Numerário	10.00 €
FT A2019/3117	LUIS AUGUSTO	001.9932.2019	Instituto de Proteção e Assistência na Doen	Numerário	3.99 €
FT A2019/3118	Carlos Manuel	001.9939.2019	Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Numerário	12.50 €
FT A2019/3119	Nuno Miguel	001.9943.2019	Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Numerário	15.00 €
FT A2019/3120	Tiago Miguel	001.9941.2019	Particular	Numerário	35.00 €
FT A2019/3121	MIGUEL ANGELO	001.9930.2019	Particular	Numerário	15.00 €
<b>Total de FACTURA / RECIBO :</b>					<b>348.99 €</b>
<b>NOTA CREDITO</b>					
NC A2019/1117	RICARDO JAIME	001.9933.2019	AdvanceCare - Gestão Serviços de Saúde,	Numerário	-20.00 €
<b>Total de NOTA CREDITO :</b>					<b>-20.00 €</b>

**Figura 9** - Mapa de Caixa Colaborador

**Fonte:** Elaboração Própria

2. Deixa de haver Fundo Fixo de Caixa coletivo;
3. A tesouraria passa a entregar um Fundo Fixo Individual de 25,00€ a cada uma das técnicas administrativas, com assinatura de Declaração de Recebimento;



**Cofre Individual**

Nome: \_\_\_\_\_  
N.º Trabalhador: \_\_\_\_\_ Serviço: \_\_\_\_\_

Declaro que o recebi o cofre com o n.º \_\_\_\_\_ com fundo fixo de caixa de 25 euros.

Coimbra \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Informação do Serviço de Recursos Humanos	A Preencher pelo Funcionário
<input type="checkbox"/> Confirmo a entrega  Nome: _____	<input type="checkbox"/> Declaro que recebi o cofre  Nome: _____

Rua D. Manuel I,  
N.º 8 3030-320  
Coimbra  
NIF: 500480272  
Tel. (351) 239 851 220 | Fax. (351) 239 851 229 | [www.clinicademontesclaros.pt](http://www.clinicademontesclaros.pt) | [geral@clinicademontesclaros.pt](mailto:geral@clinicademontesclaros.pt)

**Figura 10** - Modelo de Fundo Fixo Individual por colaborador

**Fonte:** Elaboração Própria

4. O documento síntese do Caixa deverá ser emitido em GHOSP, com a listagem de todos os documentos emitidos por cada técnica no dia a que se refere e, ser acompanhado do total de numerário recebido, dos talões de TPA movimentados e cheques;

Resumo de Mapa de Caixa			
Clinica de Montes Claros		Desde 09-10-2019	
Local geográfico: Clinica		Até 09-10-2019	
1 - RESUMO DE MOVIMENTOS			
Documentos	Entradas	Saídas	
06 Factura / Recibo	318.99€	0.00€	
16 Recibo	8 586.00€	0.00€	
24 Nota de Crédito (P)	0.00€	20.00€	
<b>Total:</b>	<b>8 904.99€</b>	<b>20.00€</b>	
2 - Resumo Meios de Pagamento			
	Entradas	Saídas	Total
Cartão débito	8,586.00 €	0.00 €	8,586.00 €
Numerário	318.99 €	20.00 €	298.99 €
<b>Total:</b>	<b>8,904.99 €</b>	<b>20.00 €</b>	<b>8,884.99 €</b>

**Figura 11** - Resumo de Mapa de Caixa

**Fonte:** Elaboração Própria

5. A Colaboradora que encerrar a Receção diária em cada um dos balcões, será responsável por fazer o fecho do TPA;
6. Cada colaboradora terá um cofre individual que o Departamento de RH irá entregar;
7. O documento do Caixa, juntamente com os documentos emitidos, numerário, cheques e talões TPA recebidos deverá ser colocado em envelope fechado e entregue no cofre da tesouraria.

Após a receção e validação dos documentos, é necessário efetuar o processo de organização e arquivo dos mesmos, por tipologia e data de emissão de modo a facilitar o processo de levantamento e integração.

Seguidamente, o mestrando teve a oportunidade de realizar atendimento telefónico de chamadas externas, no que diz respeito aos fornecedores, em que efetuou um conjunto de negociações e condições financeiras de pagamento.

Este processo foi essencial, uma vez que facilitou as condições de pagamentos de fornecedores em que era necessário efetuar o pagamento de faturas pró-forma ou em condições de pronto pagamento, que colocavam em causa a gestão de tesouraria da CMC.

Com o processo de negociação com fornecedores realizado, o mestrando efetuou a Gestão de pagamentos e recebimentos e elaboração de mapas de tesouraria. Este processo foi essencial para fazer face às necessidades futuras e avaliar a pressão de tesouraria a curto prazo, sem colocar em causa o fornecimento de mercadoria e dispositivos médicos essenciais para a atividade cirúrgica, assim como o pagamento aos respetivos colaboradores e prestadores de serviços.

Por último, no âmbito do processo de tesouraria e fornecedores, o mestrando teve como função introduzir ordens de pagamento nas contas bancárias da CMC para aprovação pelo Conselho de Gerência em função do mapa de tesouraria elaborado e aprovado pelos mesmos e efetuar os depósitos bancários dos montantes recebidos em numerário ou através de cheque.

### **3.1.3. No âmbito do Processamento de Honorários**

No que diz respeito ao processamento de honorários, o mestrando tinha como responsabilidade a preparação no início de cada mês de mapas relativos aos honorários de atividade cirúrgica, ambulatória e do Atendimento Médico Aberto.

Relativamente ao apuramento de honorários no âmbito ambulatório, o mestrando iniciava o processo de exportação do *software* Ghosp, de toda a atividade realizada por cada prestador de serviços, e procedia ao cálculo dos respetivos honorários em função dos acordos existentes entre médicos/técnicos e a CMC, que varia em percentagem, em função do número de consultas ou exames realizados.

Em relação aos honorários cirúrgicos, foi implementado pela diretora operacional a criação de um modelo onde incluía os honorários relativos à atividade cirúrgica apurados no âmbito da função de elegibilidade, orçamentação, contratualização e faturação *back-office*.

No sentido de efetuar um controlo mais eficaz dos gastos suportados no final de cada mês, a diretora operacional da CMC, solicitou ao CC e ao mestrando, a contabilização dos honorários médicos no mês em que ocorreram, independentemente da existência de emissão de faturação por parte dos prestadores de serviços. Esse processo foi possível, através da implementação dos acréscimos de gastos, em que o processo de contabilização era realizado conforme a Tabela 5:

**Tabela 5 - Implementação dos Acréscimos de Gastos**

<b>Implementação dos acréscimos de gastos</b>		
<b><u>31/X/202X – Lançamento efetuado através dos mapas mensais da CMC</u></b>		
<b>Débito</b>	<b>Crédito</b>	<b>Descritivo da Conta</b>
<b>622117</b>		Honorários Médicos – Prestadores com Empresa
<b>622413x</b>		Honorários Médicos – Prestadores em regime de recibo verde (com ou sem retenção)
	<b>27221x</b>	Acres. Gastos – Prestadores com Empresa
	<b>27222x</b>	Acres. Gastos – Prestadores em regime de recibo verde (com ou sem retenção)
<b><u>31/X+1/202X – Lançamento da faturação emitida pela emissão de Fatura ou Recibo Verde</u></b>		
<b>27221x</b>		Acres. Gastos – Prestadores com Empresa
	<b>22111x</b>	Empresa do Prestador
<b>ou</b>		
<b>27222x</b>		Acres. Gastos – Prestadores em regime de recibo verde sem retenção
	<b>278111x</b>	Prestadores em regime de recibo verde sem retenção
<b>ou</b>		
<b>27222x</b>		Acres. Gastos – Prestadores em regime de recibo verde com retenção
	<b>24221</b>	Retenção na Fonte 25 %
	<b>278111x</b>	Prestadores em regime de recibo verde com retenção

<b><u>31/X+2/202X Lançamento do pagamento dos honorários</u></b>		
<b>278111x</b>		Prestadores em regime de recibo verde com retenção
<b>278111x</b>		Prestadores em regime de recibo verde sem retenção
<b>22111x</b>		Empresa do Prestador
	<b>12x</b>	Depósito à ordem

**Fonte:** Elaboração Própria

Desta forma, todos os gastos eram contabilizados nos respetivos meses, contribuindo para uma análise real dos custos incorridos pela empresa, contribuindo para efetuar a análise da rentabilidade e posteriormente a gestão de tesouraria, uma vez que a empresa já tem conhecimento dos respetivos custos a incorrer a curto/médio prazo.

### 3.1.4. No âmbito do Processamento Salarial

Ao longo do estágio curricular, o mestrando teve a oportunidade de integrar o departamento de RH da CMC, ficando a conhecer todos os procedimentos necessários à integração de um colaborador até ao processamento de caducidade.

Desta forma, após o recrutamento de um colaborador é necessário proceder à admissão de Colaboradores no *software* de RH, inserindo todos os dados essenciais para o processamento salarial, entre os quais o Nome, Número de Identificação Fiscal (NIF), Número de Identificação Segurança Social (NISS), Morada, *International Bank Account Number* (IBAN), categoria profissional e respetivo salário.

The screenshot displays the 'Dados Empregados - Simplificado' interface for 'Clínica de Montes Claros, Lda'. The form is for a new employee, Pedro Calça Magusto, with the following details:

- Cód. Empregado:** 131
- Nome:** Pedro Calça Magusto
- Cadastro:** 1 de abril de 2022
- Descrição:** Início de contrato
- Apelido:** Magusto
- Morada:** (empty)
- Cód. Postal:** 5050-265
- Localidade:** PESO DA RÉGUA
- Nº de telefone:** 916486130
- Email:** pedromagusto96@hotmail.com
- Data de Nascimento:** 27-02-1996
- Freguesia:** LORDELO
- Concelho:** VILA REAL
- Distrito:** VILA REAL
- Nacionalidade:** Portuguesa

At the bottom, the 'Estado Serviços Empregados' section shows 'Segurança Social' as 'Não Verificado' and 'Fundos Compensação' as 'Não Registrado'. Action buttons for 'Verificar', 'Registrar', and 'Consultar' are available.

**Figura 12 -** Inserção de Colaborador no *CentralGest*

**Fonte:** Elaboração Própria

## A Importância da Obrigação do Relatório de Gestão e Apresentação de Contas Instrumentos de Tomada de Decisão

Após a inserção no *software*, são garantidas as comunicações obrigatórias junto das Entidades Oficiais e Seguradora, dando cumprimento ao procedimento de admissão de Colaboradores instituído. Relativamente às Entidades Oficiais, a entidade é obrigada a comunicar o vínculo contratual à SS e nos FCT, com a inserção dos dados solicitados do colaborador e respetivo vínculo contratual.

The screenshot shows the user interface of the 'Segurança Social Direta' portal. At the top, there are logos for 'SEGURANÇA SOCIAL DIRETA' and 'linha' (300 502 502). The user is logged in as 'CLINICA DE MONTES CLAROS, LDA' with NISS 20006336960. The main navigation bar includes 'Conta-corrente', 'Família', 'Emprego', 'Ação Social', and 'Pensões'. The current page is 'Emprego > Vínculos de trabalhadores' and the title is 'Comunicar vínculo do trabalhador'. A blue banner indicates the purpose: 'Comunicar vínculo do trabalhador com a entidade empregadora.' Below this, a section titled '1. Identificação do trabalhador' provides a breadcrumb trail: 'Identificação do trabalhador > Contrato de trabalho > Prestação de trabalho > Resumo'. There are two input fields: 'NISS ou NIF \*' with a search icon and a 'Limpar' button, and 'Data de nascimento \*' with a calendar icon. A green button at the bottom right says 'Seguinte: Contrato de trabalho >'. The interface is clean and modern, with a light blue and green color scheme.

**Figura 13** - Inserção de Colaborador na Segurança Social

**Fonte:** Elaboração Própria

The screenshot shows the 'Fundos de Compensação' portal. The user is logged in as 'CLINICA DE MONTES CLAROS, LDA'. The main menu on the left includes 'Início', 'Empregador', 'Trabalhadores', 'Admitir Trabalhador', 'Dados', 'Saldo e Movimentos', 'Deser. Contratos', 'Reembolso - Pedido', 'Compensativos', 'Admissões Anuladas', 'Pagamentos', and 'Movimentos'. The 'Admitir Trabalhador' section is active, showing the 'ADMISSÃO DE TRABALHADOR' form. The form includes fields for 'Empregador', 'Trabalhadores', 'Dados', 'Saldo e Movimentos', 'Deser. Contratos', 'Reembolso - Pedido', 'Compensativos', 'Admissões Anuladas', 'Pagamentos', and 'Movimentos'. The 'Trabalhadores' section is highlighted, showing the 'NISS Trabalhador \*' field. The 'Dados' section includes 'Tipo Documento Identificação Civil', 'Documento de Identificação', 'NIF', 'Modalidade Contrato \*' (set to 'SEM TERRA, TEMPO COMPLETO'), 'Data Início Contrato \*', 'Data Fim Contrato', 'Retribuição Base (Mensal) \*' (0,00 €), and 'Retribuição Base (Diária)' (0,00 €). A note at the bottom states: 'Valor utilizado no cálculo de entrega mensal'. The interface is clean and modern, with a light green and grey color scheme.

**Figura 14** - Admissão de Colaborador nos Fundos de Compensação

**Fonte:** Elaboração Própria

No decurso do mês, podem ocorrer variados acontecimentos que podem influenciar o processamento salarial de um colaborador, nomeadamente as férias, baixas, faltas injustificadas/justificadas, motivos de nojo, licenças de maternidade/paternidade entre outros. Desta forma, o *software* apresenta a ferramenta de marcação de eventos, em que é possível inserir todas as informações e posterior integração automática no processamento salarial. Contudo, uma vez que não era uma ferramenta utilizada com regularidade pela empresa, foi necessária a criação e parametrização dos diversos tipos de falta, facilitando desta forma, todo o processo de validação e pagamento dos salários aos colaboradores.

No que diz respeito ao último procedimento a ter em conta relativamente ao processo do processamento salarial do mês, o mestrando teve oportunidade de submeter os modelos legais nas plataformas das Entidades Oficiais e garantir a colocação do seu pagamento, cumprindo os prazos legais, nomeadamente o envio da DMR, a TSU, a entrega da Retenção na Fonte dos trabalhadores independentes a regime de Recibo Verde e a emissão do documento de pagamento dos FCT.

#### **4. ANÁLISE CRÍTICA**

O desenvolvimento do estágio curricular na CMC constituiu-se como uma excelente oportunidade para o mestrando, no sentido de promover um envolvimento do contexto prático com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos durante o percurso académico.

Neste sentido, o mestrando teve a possibilidade de confrontar o conhecimento adquirido na revisão da literatura com o contexto empresarial onde decorreu o estágio, permitindo a realização de uma análise crítica.

Conforme mencionado ao longo deste relatório, para a melhor tomada de decisão por parte dos utentes da informação financeira, a empresa deve apresentar um conjunto de informações financeiras no relatório de gestão e apresentação de contas, sem colocar em causa os interesses pessoais de cada utente da informação financeira.

O órgão de gestão, no processo de elaboração do relatório de gestão, deve ter em consideração os factos relevantes que ocorreram ao longo do período contabilístico. Neste sentido, é necessário compreender que as circunstâncias atuais podem influenciar a situação atual do negócio, bem como as perspetivas futuras da empresa. Na CMC, o órgão de gestão tem a preocupação que todos os interessados na informação financeira compreendam a evolução do negócio ao longo do ano e avaliem da melhor forma o processo de tomada de decisão. No relatório de gestão, é de salientar que é realizada uma breve análise da evolução previsível da atividade e do contexto macroeconómico. A situação pandémica e de guerra constituem um risco de incerteza, sendo necessário ter em consideração os desafios e perspetivas futuras, a fim de continuar a cumprir com os objetivos estratégicos definidos.

Com a evolução ao nível da informação tecnológica, é necessário que as empresas tenham em consideração que o negócio tem de acompanhar as mudanças com a utilização de ferramentas presentes no *software* ERP. Também na CMC, existe a preocupação de acompanhar a evolução tecnológica, recorrendo a ferramentas do *software CentralGest* que melhoram o processo de organização, conferência e lançamentos contabilísticos.

As perspetivas futuras apontam para o desenvolvimento de competências interpessoais e de comunicação por parte do contabilista, no sentido de comunicar uma informação útil e adequada aos utilizadores da informação financeira no processo de prestação de contas.

Foi possível ao mestrando, através da orientação da Diretora Operacional e do CC, desenvolver a capacidade de análise e interpretação da informação financeira.

No que se refere à gestão estratégica, é necessário ter em consideração quem são os interessados na informação financeira no processo de prestação de contas. Ao contrário dos autores referenciados anteriormente, que defendem que a gestão deve ser realizada pensando somente nos investidores, na CMC existe a preocupação de não salvaguardar apenas os interesses dos acionistas, mas sim de todos os utilizadores da informação financeira. Particularmente, na empresa são valorizados os cuidados de saúde, a qualidade dos equipamentos/materiais adquiridos e a satisfação dos clientes em detrimento dos lucros, tendo por base a responsabilidade ética e social.

Posto isto, existe um conjunto de fatores que podem influenciar no processo de prestação de contas de modo a alcançar o objetivo principal de aprovação de contas das DF, como é o caso da materialidade e do impacto que o acontecimento teve na elaboração da prestação de contas.

Para isso, a CMC inclui na elaboração das Demonstrações Financeiras o conjunto de características qualitativas e pressupostos contabilísticos subjacentes, de modo a conseguir desenvolver e diferenciar-se do mercado existente, não comprometendo a sua continuidade.

Neste sentido, procura-se identificar os pressupostos que possam colocar em causa uma correta integração da Teoria dos *Stakeholders* na prestação de contas e elaboração das DF, tais como a divergência de interesses entre os vários utentes da informação financeira e a assimetria de conhecimento que existe entre eles. Para minimizar estes pressupostos, a CMC elabora as DF e presta contas de modo a não satisfazer os interesses pessoais de um grupo específico de utentes da informação, mas sim fornecer informação equitativa para alcançar a melhor tomada de decisão de todos os utentes da informação financeira.

Com o desenvolvimento de um percurso com base na continuação da empresa, a divulgação de todas as matérias relacionadas com as políticas contabilísticas adotadas, bem como a apresentação de notas explicativas, os utentes da informação financeira procedem à tomada de decisão com risco reduzido, pois existe uma melhor avaliação dos objetivos da empresa.

*A Importância da Obrigação do Relatório de Gestão e Apresentação de Contas  
Instrumentos de Tomada de Decisão*

---

Neste sentido, a tomada de decisão é fundamental, uma vez que pode conduzir à implementação de novos objetivos e a introdução de diferentes rumos, como por exemplo implementação de matérias de sustentabilidade, bem como na adoção de novas políticas contabilísticas, e assim apresentarem uma imagem verdadeira e apropriada da empresa.



## **CONCLUSÃO**

A realização deste estágio revestiu-se de extrema importância, uma vez que permitiu fazer uma ligação entre os conhecimentos teóricos adquiridos, ao longo do percurso académico, com a aplicação prática. O mestrando teve uma experiência positiva, sendo que adquiriu um conjunto de competências essenciais para o seu futuro, pois colaborou com profissionais com um vasto conhecimento na área contabilística, fiscal e gestão hospitalar. O mestrando considera que o tema deste relatório se caracteriza por ser muito teórico e objetivo, apresentando-se sob a forma de normativos e legislação.

Ao longo das novecentas e sessenta horas de estágio, o mestrando considera que o plano de estágio que lhe foi proposto foi adequado para a aquisição de conhecimentos, aplicação dos mesmos, uma vez que lhe foram apresentadas inicialmente as responsabilidades da função, e passando gradualmente pelos vários departamentos, iniciando pela contabilidade, passando pela tesouraria e fornecedores, processamento de honorários médicos e pelo processamento salarial. Outro aspeto positivo a realçar foi a possibilidade de participação em formações realizadas pela *CentralGest*, com a obtenção de certificado de formação.

A principal dificuldade do estágio foi a substituição do Diretor Operacional que ocorreu antes da chegada do mestrando. O referido diretor implementou um conjunto de normas e procedimentos essenciais para uma melhor análise financeira. Contudo, foi necessário um grande esforço e dedicação para a aplicação dos mesmos sem lacunas, de modo que os serviços se desenvolvessem com normalidade.

Em todas as entidades o processo de prestação de contas é muito importante e trabalhoso e obriga ao desenvolvimento de tarefas onde é, imprescindível, conhecer todo o processo contabilístico. Portanto, tendo em conta as funções desempenhadas, o mestrando entendeu relevante investigar sobre este tema, pois assim teve oportunidade de consolidar os conhecimentos adquiridos. Neste sentido, foi abordado o conjunto de linhas orientadoras pelo qual o processo de relato financeiro e prestação de contas se deve reger, por forma a definir uma estratégia com base na compreensão e dar uma resposta a conjunto alargado de utilizadores da informação financeira, tendo em consideração a periodicidade, legalidade e tempestividade da informação.

Relativamente ao relatório de gestão, este deve obedecer a um conjunto de requisitos mínimos presentes no artigo 66.º do CSC, para expor de forma clara e objetiva a evolução, risco e desenvolvimento económico de uma empresa.

No que diz respeito às DF, é de salientar que a obrigação da divulgação das mesmas, é realizada de acordo com a dimensão e tipo da empresa, em que se podem dividir em Microentidades, PE e as Restantes Entidades enquadradas no Regime Geral. Como o objetivo principal é o fornecimento da informação financeira, as demonstrações devem ser preparadas de acordo com os pressupostos contabilísticos, em que se enquadram o regime do acréscimo e o da continuidade, e devem ter sempre presentes as características qualitativas presentes na Estrutura Conceptual, sendo que estas devem ser utilizadas de forma equitativa para melhor satisfazerem os utilizadores da informação financeira.

Para uma proposta de trabalho futura sugere-se a seguinte investigação: De que modo é que as características qualitativas bem como os pressupostos subjacentes afetam a elaboração das Demonstrações Financeiras? Ou de que forma é que as matérias ambientais/sociais podem afetar a tomada de decisão?.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Araújo, D. N., Cardoso, P., & Novais, J. (2011). *Manual de Prestação de Contas nas Sociedades Comerciais*. Porto: Jornal Fiscal, Lda.
- Borges, A., & Ferrão, M. (1998). *A contabilidade e a prestação de Contas*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Brennan, N. M., & Merkl-Davies, D. (2022). Discretionary Accounting Narratives in Contemporary Corporate Reporting: Review and Framework. *Review, Accounting and Management*, 26(1), pp. 175-209.  
<https://doi.org/https://doi.org/10.55486/amrrcg.v26i.8a>
- Brites, N. J. (2019). *A utilização de Benefícios e Incentivos Fiscais por parte das Empresas Portuguesas*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra]. Repositório Comum do Instituto Politécnico de Coimbra.  
[https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/31872/1/Nuno\\_Brites.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/31872/1/Nuno_Brites.pdf)
- Caiado, A. C., & Madeira, P. J. (1999). *Aspectos contabilísticos e fiscais da prestação de contas*. Lisboa : Vislis.
- Caiado, A. C., Viana, L. C., & Madeira, P. J. (2011). *Relato Fiscal e Financeiro no Encerramento de Contas*. Lisboa: Áreas Editora.
- Cardoso, E. (23 de junho de 2017). *Microentidades – prestação de contas e IES*, p. 30.  
[https://www.occ.pt/fotos/editor2/ve\\_ecardoso\\_23junho.pdf](https://www.occ.pt/fotos/editor2/ve_ecardoso_23junho.pdf)
- Carnegie, G., Parker, L., & Tsahuridu, E. (2021). It's 2020: What is Accounting Today? *Australian Accountig Review*, 33(1), pp. 65-73.  
<https://doi.org/https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/auar.12325>
- Carvalho, A. O. (2016). *Transparência na Prestação de Contas das Fundações: abordagem teórica e empírica*. [Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade do Porto]. Repositório Comum da Faculdade de Economia da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/84286/2/137345.pdf>
- Clandy, J., & Ballard, B. (2000). *Como escrever ensaios: um guia para estudantes*. Lisboa: Temas & Debates.

- Clínica de Montes Claros*. (2019). <https://www.clinicademontesclaros.pt/>
- Comissão de Normalização Contabilística. (2003a). Sistema de Normalização Contabilística Estrutura Conceptual: [http://www.cnc.min-financas.pt/\\_siteantigo/SNC\\_projecto/SNC\\_EC.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/SNC_projecto/SNC_EC.pdf)
- Comissão de Normalização Contabilística. (2003b). Norma Contabilística e de Relato Financeiro 2 - Demonstração de Fluxos de Caixa. [http://www.cnc.min-financas.pt/\\_siteantigo/SNC\\_projecto/NCRF\\_02\\_DFCaixa.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/SNC_projecto/NCRF_02_DFCaixa.pdf)
- Comissão de Normalização Contabilística. (2004a). Norma Contabilística e de Relato Financeiro 6 - Ativos Intangíveis. [https://www.cnc.min-financas.pt/\\_siteantigo/SNC\\_projecto/NCRF\\_06\\_activos\\_intangiveis.pdf](https://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/SNC_projecto/NCRF_06_activos_intangiveis.pdf)
- Comissão de Normalização Contabilística. (2004b). Norma Contabilística e de Relato Financeiro 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras. [http://www.cnc.min-financas.pt/\\_siteantigo/SNC\\_projecto/NCRF\\_01\\_estrutura\\_dem\\_financ.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/SNC_projecto/NCRF_01_estrutura_dem_financ.pdf)
- Elliot, R. K. (1992). The Third Wave Breaks on the Shores of Accounting. *Horizons, Accounting*, pp. 61-85. <http://raw.rutgers.edu/docs/Elliott/17The%20Third%20Wave%20Breaks%20on%20the%20Shores%20of%20Accounting.pdf>
- Franco, P. (03 de outubro de 2021). *A prestação de contas vai mudar completamente*. Notícias ao Minuto: <https://www.noticiasao minuto.com/economia/1844379/a-prestacao-de-contas-vai-mudar-completamente?fbclid=IwAR3Fd4Kqn68gAPvFkrXKwyEqC2QZLxgQO4wyOU5YWrXrxnN0fljtmCmz22I>
- Gonçalves, C., Santos, D., Rodrigo, J., & Fernandes, S. (2016). *Relato Financeiro Interpretação e Análise*. Porto: VidaEconómica.
- Guerra, P. B. (2000). *Cerebrus A Gestão Intrapessoal*. Cascais : Pregaminho, Lda. .
- Helena, R. D. (2019). *Casos práticos da atividade de Contabilista Certificado*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra]. Repositório Comum do Instituto Politécnico de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10400.26/29407>

- Lopes, I. T. (2017). *Contabilidade Financeira Preparação das Demonstrações Financeiras, sua divulgação e análise*. Lisboa: Escolar Editora.
- Lopes, P. M. (2019). <http://www.motalopes.pt/>
- Macedo, N., & Macedo, V. (2005). *Gestão Hospitalar Manual Prático*. Lisboa: Lidel.
- Malagón-Londoño, G., Laverde, G. P., & Londoño, J. R. (2018). *Gestão Hospitalar Para uma Administração Eficaz*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- McBride, K., & Verma, S. (2021). Exploring accounting history and accounting in history. *British Accounting Review*. *British Accounting Review*, 53(2). <https://doi.org/org/10.1016/j.bar.2021.100976>
- McPhaila, K. (2022). From Stakeholder to Rightsholder Perspectives The UNGPs, SDGs and New Paradigms for Corporate Accountability. *Review, Accounting and Managment*, 26(1), pp. 111-131. <https://doi.org/org/10.55486/amrrcg.v26i.5a>
- Merkel-Davies, D. M., & Brennan, N. M. (2017). A Theoretical Framework of External Accounting Communication: *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 30(2), pp. 433-469. <https://researchrepository.ucd.ie/rest/bitstreams/25864/retrieve>
- Napiera, C. J. (2022). How theorising can enhance historical accounting research. *Review, Accounting and Managment*, 26(1), pp. 133-153. <https://doi.org/org/10.55486/amrrcg.v26i.6a>
- Neves, J. C. (2012). *Análise e Relato Financeiro - Uma Visão Integrada de Gestão*. Alfragide : Texto.
- Nunes, C. B. (2004). *A Ética Empresarial e os Fundos Socialmente Responsaveis*. Barcelos: Vida Económica.
- Parecer técnico - IRS - Tributação autónoma. (2022). Ordem dos Contabilistas Certificados. <https://www.occ.pt/pt/noticias/irs-tributacao-autonoma/>
- Parecer técnico - IVA – recebimento de adiantamentos. (2022). Ordem dos Contabilistas Certificados. <https://www.occ.pt/pt/noticias/iva-recebimento-de-adiantamentos/>
- Parecer técnico - PT22424 - Fusão por incorporação. (2019). Ordem dos Contabilistas Certificados. <https://www.occ.pt/pt/noticias/fusao-por-incorporacao/>

- Parecer técnico - Regime do acréscimo. (2022). Ordem dos Contabilistas Certificados.  
<https://www.occ.pt/pt/noticias/regime-do-acrescimo-2/>
- Pimenta, A. (1972). *A prestação de contas do exercício nas sociedades comerciais*.  
Lisboa.
- Pimentel, J. (2018). *Relatório e Contas de 2017 - C. L. M. C. C. - Centro Litotrícia Montes  
Claros Coimbra, Unipessoal Lda*. Coimbra.
- Pimentel, J. (2018). *Relatório e Contas de 2017 - Clínica de Montes Claros, Lda*.  
Coimbra.
- Pimentel, J. (2019). *Relatório e Contas de 2018 - C. L. M. C. C. - Centro Litotrícia Montes  
Claros Coimbra, Unipessoal Lda*. Coimbra.
- Pimentel, J. (2019). *Relatório e Contas de 2018 - Clínica de Montes Claros, Lda*.  
Coimbra.
- Pimentel, J. (2020). *Relatório de Contas de 2019 - Clínica de Montes Claros, Lda*.  
Coimbra.
- Pimentel, J. (2020). *Relatório e Contas de 2019 - C. L. M. C. C. - Centro Litotrícia Montes  
Claros Coimbra, Unipessoal Lda*. Coimbra.
- Pimentel, J. (2022). *Clínica de Montes Claros – Clínica de Saúde Privada*.  
<https://www.clinicademontesclaros.pt/sobre-nos/>
- Portaria n.º 171/2022, de 5 de julho. (2022). Diário da República n.º 128/2022, Série I.  
<https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/171-2022-185669166>
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho. (2015). Diário da República n.º 143/2015, Série I.  
<https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/220-2015-69866634>
- Portaria n.º 227/2022, de 6 de setembro. (2022). Diário da República n.º 172/2022, Série  
I. <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/227-2022-200691266>
- Ramos, M. S. (2019). *Relatório empresarial aprimorado: análise dos fatores  
determinantes para a criação de valor*. [Dissertação de Mestrado, Instituto  
Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. Repositório Comum do  
Instituto Politécnico de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10400.26/31463>

- Regulamento (CE) n.º 108/2006 da Comissão de 11 de Janeiro. (2006). Parlamento Europeu e do Conselho. <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:024:0001:0036:PT:PDF>
- Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão de 3 de Novembro. (2008). Parlamento Europeu e do Conselho. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A02008R1126-20160101>
- Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Conselho, de 19 de Julho. (2002). Parlamento Europeu do Conselho. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A32002R1606>
- Regulamento (CE) n.º 1725/2003 da Comissão de 21 de Setembro. (2003). Parlamento Europeu e do Conselho. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32003R1725>
- Regulamento (CE) n.º 2238/2004 da Comissão de 29 de Dezembro. (2004). Parlamento Europeu e do Conselho. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32004R2238>
- Ribeiro, L. P. (2010). *Teoria dos Stakeholders e tomada de decisão dos gestores: Constrangimentos e implicações para o processo de conciliação de interesses dos stakeholders organizacionais*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação]. Repositório Científico da Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/18509>
- Rocha, I., & Rocha, J. F. (2020). *Fiscal - Edição Académica - Códigos tributários e legislação conexa*. Porto: Porto Editora.
- Rodrigues, J. (2005). *Adopção em Portugal das Normas Internacionais de Relato Financeiro*. Lisboa : Áreas Editora.
- Rodrigues, J. (2021). *SNC - Sistema de Normalização Contabilística Explicado 8.ª Edição*. Porto: Porto Editora.
- Sá, C. (2010). *Breve Guia sobre Demonstrações Financeiras*. Lisboa: Plátano Editora.

- Sangstera, A. (2022). Revolutionising the Accounting Curriculum in Higher Education: A vision of the future. *Review, Accounting and Management*, 26(1), pp. 49-75.  
<https://doi.org/org/10.55486/amrrcg.v26i.3a>
- Serens, M. C. (2022). *Código das Sociedades Comerciais*. Lisboa : Almedina.
- Silva, E. S., & Martins, C. (2012). *Demonstração de Fluxos de Caixa*. Vida Económica.
- Sousa, A. F. (2016). *IRC – Apontamentos Práticos Sobre a MOD. 22*. Porto: VidaEconómica.
- Sousa, G. V. (1998). *Metodologia da investigação, redacção e apresentação de trabalhos científicos*. Porto: Civilização Editora.
- Spencer, J. (2001). *Quem mexeu no meu Queijo? Como lidar com a mudança no seu Trabalho e na sua Vida*. Viseu: Pergaminho, Lda.
- Teixeira, F. (2019). Adiantamentos - obrigação de Faturação. *VidaEconómica*, 30.  
[https://www.occ.pt/fotos/editor2/vidaeconomica\\_13dezft.pdf](https://www.occ.pt/fotos/editor2/vidaeconomica_13dezft.pdf)
- Teixeira, G. (2021). *Manual de Direito Fical*. Coimbra : Almedina.
- Teixeira, S. (2005). *Gestão das Organizações* . Lisboa : McGRAW-HILL.

## **ANEXOS**

## Anexo 1. Balanço

Entidade: .....

**BALANÇO (INDIVIDUAL ou CONSOLIDADO) EM XX DE YYYYYY DE 20NN**

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		XX YY N	XX YY N-1
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial			
Outros investimentos financeiros			
Créditos a receber			
Ativos por impostos diferidos			
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários			
Ativos biológicos			
Clientes			
Estado e outros entes públicos			
Capital subscrito e não realizado			
Outros créditos a receber			
Diferimentos			
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários			
<b>Total do ativo</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito			
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prêmios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados			
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período			
Interesses que não controlam			
<b>Total do capital próprio</b>			
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
<b>Total do passivo</b>			
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>			

(1) – O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

## Anexo 2. Demonstração de Resultados por Naturezas

Entidade: .....

**DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYY DE 20NN

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Vendas e serviços prestados		+	+
Subsídios à exploração		+	+
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		+ / -	+ / -
Variação nos inventários da produção		+ / -	+ / -
Trabalhos para a própria entidade		+	+
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos		-	-
Gastos com o pessoal		-	-
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		- / +	- / +
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		- / +	- / +
Provisões (aumentos/reduções)		- / +	- / +
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		- / +	- / +
Aumentos/reduções de justo valor		+ / -	+ / -
Outros rendimentos		+	+
Outros gastos		-	-
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>=</b>	<b>=</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		- / +	- / +
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		- / +	- / +
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>=</b>	<b>=</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		+	+
Juros e gastos similares suportados		-	-
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>=</b>	<b>=</b>
Imposto sobre o rendimento do período		- / +	- / +
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>=</b>	<b>=</b>
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
<b>Resultado líquido do período atribuível a: (2)</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses que não controlam		=	=
Resultado por ação básico			

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

(2) Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

### Anexo 3. Demonstração de Resultados por Funções

Entidade: .....

**DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES**  
PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYY DE 20NN

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Vendas e serviços prestados		+	+
Custo das vendas e dos serviços prestados		-	-
<b>Resultado bruto</b>		=	=
Outros rendimentos		+	+
Gastos de distribuição		-	-
Gastos administrativos		-	-
Gastos de investigação e desenvolvimento		-	-
Outros gastos		-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		=	=
Gastos de financiamento (líquidos)		-	-
<b>Resultados antes de impostos</b>		=	=
Imposto sobre o rendimento do período		- / +	- / +
<b>Resultado líquido do período</b>		=	=
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
<b>Resultado líquido do período atribuível a: (2)</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses que não controlam		=	=
Resultado por ação básico			

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

(2) Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

## Anexo 4. Demonstração de Alterações de Capital Próprio

Entidade: .....  
**DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N**

**UNIDADE MONETÁRIA (1)**

DESCRICÃO	Moins	Capital Próprio atribuído nas demonstrações do capital de empresa-afilia										Total do Capital Próprio				
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		Total	Inventares que não controlam		
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N</b>	<b>6</b>															
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>																
Primeira adoção de novo referencial contabilístico																
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização de excedentes de revalorização																
Excedentes de revalorização																
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																
	<b>7</b>															
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>																
	<b>8</b>															
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>																
	<b>9=7+8</b>															
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>																
Realizações de capital																
Realizações de prémios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações																
	<b>10</b>															
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N</b>																
	<b>6+7+8+10</b>															

(1) O zero, abreviador-se, em função da dimensão e complexidade de dados, a possibilidade de agrupamento das quantias em milhões de euros

## Anexo 5. Demonstração de Fluxos de Caixa

Entidade: .....

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYY DE 20NN

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		+	+
Pagamentos a fornecedores		-	-
Pagamentos ao pessoal		-	-
Caixa gerada pelas operações		+/-	+/-
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+	-/+
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	+/-
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		+/-	+/-
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		+	+
Ativos intangíveis		+	+
Investimentos financeiros		+	+
Outros ativos		+	+
Subsídios ao investimento		+	+
Juros e rendimentos similares		+	+
Dividendos		+	+
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		+/-	+/-
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		+	+
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+	+
Cobertura de prejuízos		+	+
Doações		+	+
Outras operações de financiamento		+	+
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		+/-	+/-
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
		+/-	+/-
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
		+/-	+/-
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>			
		...	...
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>			
		...	...

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros